



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/01/2013 a 31/01/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

## Índice

Mudanças na política ambiental americana. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 02/01/2013.....	5
PAA, Pnae e Pronaf contribuem para a produção agroflorestal do Projeto Reça – Site do MDA. 02/01/2013 .....	6
Apoio aos agroextrativistas do Cerrado – Site do MMA. 02/01/2013 .....	7
Desocupação de terra indígena em MT deve acabar no fim de semana. Daniel Carvalho. Folha de São Paulo. 05/01/2013 .....	8
Pente-fino retira últimas famílias de terra indígena – Folha de São Paulo. 07/01/2013.....	8
Posseiros devem deixar terra indígena nesta semana. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 08/01/2013 .....	9
Apoio aos povos da Amazônia – Site do MMA. 09/01/2013.....	9
Após refúgio, bispo retorna para região de conflito de MT. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 09/01/2013 .....	11
Mais de 130 ações irão apurar furtos de madeira – Folha de São Paulo. 10/01/2013 .....	11
Funai quer suspensão de prospecção de óleo no AM. André Borges – Valor Econômico. 11/01/2013 .....	13
Ruralistas apostam em Henrique Alves para impor agenda legislativa. Caio Junqueira – Valor Econômico. 11/01/2013 .....	13
Floresta será importante instrumento do MMA no combate às mudanças climáticas – Site do MMA. 11/01/2013.....	14
Políticas do MDA impulsionam produção agroecológica – Site do MDA. 11/01/2013.....	16
Dona Culpa. Marina Silva – Folha de São Paulo. 11/01/2012 .....	16
Funai reconhece terra guarani-caiova. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 11/01/2013 .....	18
Índios criticam falta de médicos no Xingu (MT) – Folha de São Paulo. 11/01/2013 .....	19
Funai aprova estudo antropológico que identifica terra indígena em MS – Site da CPT. 11/01/2013 .....	19
Ambientalistas tentam minimizar impacto da expansão da soja – Site da CPT. 11/01/2013 .....	20
As águas roubadas no Sertão. Daniele Pereira – Site do MST. 11/01/2013.....	21
Dois pesos e duas medidas. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 12/01/2012 .....	23
MMA e outros órgãos do governo federal estão concluindo o documento que servirá de base para o Plano Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica – Site do MMA. 14/01/2013.....	24
Kadiwéus buscam capacitação rural na FAMASUL – Site da CNA. 14/01/2013.....	25
Replântio no Pantanal – Site da CNA. 14/01/2013 .....	26
Política para ampliar área irrigada no país é publicada – Site do MAPA. 14/01/2013.....	27
Mapa participa da Semana Verde Internacional de Berlim – Site do MAPA. 17/01/2013 .....	28

GT pretende melhorar ações sustentáveis dos recursos hídricos – Site do MAPA. 17/01/2013.....	28
Instituto ambiental diz que Açú salgou área – Folha de São Paulo. 17/01/2013.....	29
O melhor uso dos recursos biológicos. Rana Gosain – Valor Econômico. 17/01/2013.....	29
Procuradoria questiona novo Código Florestal – Folha de São Paulo. 17/01/2013 .....	31
CNA realiza seminários de capacitação para o Programa ABC – Site da CNA. 18/01/2013.....	32
Grupo interministerial discute política e programa para o setor, com apoio da sociedade civil. – Site do MMA. 18/01/2013.....	33
Agricultura sustentável em debate na Semana Verde – Site do MAPA. 19/01/2013 .....	34
Governo Federal destina R\$132,5 milhões para assistência técnica de 26,5 mil famílias extrativistas na Amazônia.....	34
Fundos regionais aplicam 90% dos recursos. Lucas Marchesini – Valor Econômico. 21/01/2013.....	35
PGR vai ao STF contra Código Florestal – O Globo. 22/01/2013 .....	37
Extensão rural e especialização em agroecologia são criadas para atender assentamentos do Cariri paraibano – Site do INCRA. 23/01/2013 .....	37
São Paulo é o estado que mais contrata pelo Programa ABC – Site do MAPA. 23/01/2013.....	39
US\$ 32 milhões financiarão projetos de regularização ambiental no bioma – Site do MMA. 23/01/2013 .....	40
Plantio de floresta precisa de planejamento para trazer lucratividade, diz pesquisador – Site da CNA. 24/01/2013 .....	41
CAR recebe apoio internacional. Site do MMA. 24/01/2013 .....	42
Amazônia terá inventário florestal – Site do MMA. 24/01/2013.....	43
Mapa estimula produtores rurais a aderirem PI Brasil – Site do MAPA. 25/01/2013.....	44
Índios 'alugam' terras para exploração ilegal de madeira. Aguire Talento – Folha de São Paulo. 26/01/2013 .....	45
Um abismo diante de nós. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 26/01/2013.....	46
Projeto vai promover recuperação de área produtiva degradada – Site do MAPA. 28/01/2013.....	47
Ruralistas se articulam para derrubar vetos de Dilma no Código Florestal – Site do MST. 28/01/2013 .....	48
Pesquisa vai apontar custo de produção do eucalipto em MS – Site da CNA. 28/01/2013.....	49
Restrições a crédito rural protegem Amazônia. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 29/01/2013.....	50
Contra a seca, simplicidade – Site do MMA. 29/01/2013 .....	51
Projeto CAR-FIP no Cerrado – Site do MMA. 29/01/2013.....	53
A força dos consórcios – Site do MMA. 29/01/2013.....	54
Seminário realizado pela CNA na FAEA capacita técnicos para elaborarem projetos do Programa ABC – Site da CNA. 30/01/2013.....	55

Política ambiental ganha espaço – Site do MMA. 30/01/2013 ..... 56

## **Mudanças na política ambiental americana. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 02/01/2013**

Lisa Jackson, a chefe da EPA, a agência ambiental americana, está deixando o cargo este mês. Ela é uma espécie de ministra do meio ambiente dos EUA. Sua saída indica novos rumos nessa área, mas não se sabe exatamente para onde.

A Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) define e controla padrões ambientais nos EUA. Tem 18 mil funcionários e já foi muito poderosa, mas perdeu força nos oito anos do governo de George W. Bush. Voltou a ter prestígio com Barack Obama.

Propostas da EPA sofreram forte e frequente oposição de congressistas republicanos, sob o argumento de que, se as medidas fossem implementadas, significariam mais desemprego nos EUA. A proposta de criar uma taxa de carbono ou um teto para emissões e comércio de créditos de carbono não passou pelo Congresso no início do governo Obama.

A EPA, porém, marcou um trunfo em abril de 2009, meses antes da conferência do clima de Copenhague, ao declarar que os gases-estufa eram risco à saúde e, assim, passíveis de monitoramento e controle. Com isso, Lisa Jackson driblou os congressistas republicanos que não queriam (e ainda não querem) ouvir falar de mudança do clima. Foi assim que a EPA passou a definir padrões para regular emissões.

Sob a gestão da engenheira química Lisa Jackson, a EPA propôs regras para controlar a poluição por mercúrio. O próximo passo pode ser estabelecer limites para emissão de gases-estufa de fontes fixas, como as usinas de geração de energia. A EPA já propôs que novas usinas a carvão só possam ser construídas nos EUA se capturarem suas emissões de carbono. Trata-se de uma tecnologia nova e ainda sem escala comercial, conhecida pela sigla CCS. Há oposição republicana e de indústrias à medida.

Algumas propostas da EPA foram barradas pela própria Casa Branca, como a de tornar mais rígidos os limites para emissão de ozônio, poluente que causa, por exemplo, transtornos respiratórios. A Casa Branca rejeitou a proposta argumentando que teria custos altos para a indústria e custos políticos, em época de crise econômica.

Jackson, de 50 anos, é conhecida por ser pragmática e buscar elevar os padrões ambientais nos EUA, sempre argumentando que é mãe de dois filhos asmáticos. "Deixo a EPA confiante de que o barco está navegando na direção certa", disse em nota ao anunciar sua saída.

A EPA também deve ajudar na decisão do governo de regulamentar ou não a polêmica extração de gás de xisto, que vem sendo associada à contaminação de lençóis freáticos e até pequenos tremores de terra. A produção de gás atingiu recordes nos últimos anos nos EUA, e o setor se opõe a qualquer padrão ambiental mais severo.

Entre os possíveis sucessores de Jackson estão Robert Perciasepe, o número 2 da EPA, e Heather Zichal, que responde por energia e ambiente na Casa Branca.

---

## **PAA, Pnae e Pronaf contribuem para a produção agroflorestal do Projeto Reca – Site do MDA. 02/01/2013**

É no Distrito de Nova Califórnia (RO), a 360 km de Porto Velho e a 150 km de Rio Branco, que está localizada a sede do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado ([Reca](#)). Por meio de assistência técnica, compra, beneficiamento e comercialização da produção, o Reca beneficia diretamente mais de 300 famílias, e indiretamente outras 600, e comercializa anualmente cerca de R\$ 3,5 milhões.

Além da venda direta, que hoje tem representação nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Acre e Rondônia, a participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos articulados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é uma importante ferramenta para o escoamento da produção. “A formação de estoque (modalidade do PAA) é um projeto muito bom e tem contribuído muito com o Reca na questão de comercialização. Estamos em busca de ampliar ainda mais nossos mercados”, afirma o gerente comercial, Hamilton Condack.

Outro programa do MDA que contribui, indiretamente, no desenvolvimento do Reca é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Por ter juros menores que outros financiamentos rurais e melhores condições de pagamento, as linhas de crédito do Pronaf são as mais cobiçadas pelos agricultores familiares associados ao Reca, que acessam o crédito individualmente para investir na infra-estrutura das propriedades e custear a safra. “O Pronaf é muito procurado pelos produtores”, afirma Hamilton.

### **Produção**

O Projeto Reca trabalha com mais de 20 espécies frutíferas, madeiras e medicinais típicas da região amazônica, alcançando uma produção média anual de um milhão de quilos de frutos, 350 toneladas de polpa de cupuaçu, 30 toneladas de semente de pupunha, 320 toneladas de açaí, entre outros. Aproximadamente 95% da área total de produção funcionam em sistemas agroflorestais, que integram o plantio à floresta nativa.

O objetivo é crescer ainda mais e triplicar a produção até 2016. Para cumprir essa meta, o projeto está investindo na formação de mais 200 hectares de sistemas agroflorestais, na reforma das duas unidades de beneficiamento – uma de palmito e uma de polpa, e na construção de duas novas agroindústrias.

### **História**

Nos anos 70, o Incra, na tentativa de colonizar o Norte do País doou terras para aqueles que quisessem produzir na região. Muitos agricultores do Sul e do Sudeste, acostumados às terras e às cadeias produtivas destes lugares, foram assentados no meio da Floresta Amazônica. Quando chegaram, tomaram árvores e tentaram plantar o milho, o feijão e o arroz como sempre haviam feito e descobriram que ali as coisas não funcionavam assim.

Então, uniram-se aos povos nativos do lugar para encontrar um modo de produção adaptado ao clima e costumes da região que pudesse melhorar a vida de todos. Desta união, nasceu o Reca. Hoje o projeto tem mais de 2,5 mil hectares com sistemas agroflorestais implantados, beneficiando cerca de 1,2 mil pessoas.

## Prêmios

Os trabalhos sociais, econômicos e de preservação já renderam ao projeto várias premiações. Entre elas, destacam-se o primeiro lugar no Prêmio Equatorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que prestigia projetos comunitários que combinem geração de renda com preservação ambiental. Também vencedor do Prêmio Ford de Conservação Ambiental na categoria Negócios em Conservação, do Prêmio de Tecnologia Social da Fundação Banco do Brasil, entre outros

---

## **Apoio aos agroextrativistas do Cerrado – Site do MMA. 02/01/2013**

*Convênio com repasse de R\$ 328 mil beneficiará cerca de 200 famílias de agricultores extrativistas no norte de Minas Gerais*

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) oficializou, nesta quarta-feira (02/01), o repasse de R\$ 328 mil ao Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado (Cedac). O recurso do convênio firmado com o Centro será investido no fortalecimento de atividades agroextrativistas em comunidades de 11 municípios do norte de Minas Gerais, que vivem da produção e comercialização de espécies como a castanha de baru, pequi, jatobá, coco vassoura e favela (planta espinhosa comum nos biomas Cerrado e Caatinga).

Com a ação de apoio, serão beneficiadas cerca de 200 famílias de agricultores familiares extrativistas dos municípios: Várzea da Palma, Ponto Xique, Buritizeiro, Lassanse, Ibiaí, Jequitaí, Januária, Chapada Gaúcha, São Francisco, Pirapora e Urucuia. Como base para o projeto, serão analisadas e replicadas experiências de convivência com a aridez do Cerrado, construídas nos últimos 11 anos pela Rede de Comercialização Solidária (grupo de agricultores familiares, extrativistas, pescadores e vazanteiros organizados para produção de matéria-prima e produtos da sociobiodiversidade do Cerrado).

Estratégias de adaptação às mudanças climáticas, mutirões comunitários e pesquisas fazem parte da iniciativa. Dessa forma, serão construídas unidades demonstrativas de 5 mil m<sup>2</sup> para produção de lenha para auto-consumo na forma de sistemas agroflorestais e enriquecimento dos quintais comunitários com o plantio de 20 mil mudas de espécies florestais importantes para a organização das comunidades em rede como o baru e o pequi. Além do aperfeiçoamento de processos produtivos com a planta favela e a organização da cadeia produtiva do pequi, desde o seu manejo até a comercialização solidária.

## **DURAÇÃO**

O convênio do Fundo Clima com o Cedac tem duração prevista de 12 meses. Além de

beneficiar diretamente 200 famílias, a expectativa do projeto é alcançar o dobro de famílias beneficiadas indiretamente, por meio de ações de enriquecimento florestal e organização dos povos e comunidades em rede, com a consequente comercialização dos produtos da sociobiodiversidade local.

---

### **Desocupação de terra indígena em MT deve acabar no fim de semana. Daniel Carvalho. Folha de São Paulo. 05/01/2013**

*Cerca de 2.400 posseiros viviam em território de índios xavantes*

Famílias de posseiros que ainda resistiam à ordem da Justiça para deixar a terra indígena Marãiwatsédé, em Posto da Mata, distrito de Alto Boa Vista (MT), passaram o dia ontem desmontando suas casas e juntando móveis.

Após confrontos no início da operação, no mês passado, o clima foi tranquilo no último dia que as famílias tinham para sair da área, mas nem todos conseguiram fazer toda a mudança.

"Está todo mundo saindo calado, apesar da humilhação", disse o prefeito Leuzipe Gonçalves (PMDB).

A prefeitura alojou em escolas cerca de 60 famílias que não conseguiram novas moradias. Cerca de 2.400 não índios viviam na terra indígena.

A operação deve se estender pelo fim de semana. A Secretaria-Geral da Presidência da República havia informado que quem não saísse até as 23h59 de ontem teria os bens confiscados e responderia por desobediência.

Houve dificuldade até para contratar caminhões de mudança. Os três veículos do governo federal não foram suficientes. Moradores dizem que nem viram os caminhões e tentaram fazer a mudança sozinhos.

---

### **Pente-fino retira últimas famílias de terra indígena – Folha de São Paulo. 07/01/2013**

*Prazo para saída total de área em MT já venceu*

Oficiais da Justiça Federal farão hoje um pente-fino na terra indígena Marãiwatsédé em Alto Boa Vista (MT) para identificar e confiscar os bens das famílias que se recusarem a deixar a área.

Até ontem, segundo o governo, 80% das famílias iniciaram a saída do local.

A estimativa é que cerca de 2.400 pessoas viviam no território, que tem 165 mil hectares e foi reconhecido em novembro passado como terra indígena xavante. Posseiros ocupam o local desde 1992.



Hoje também deve ser realizado um mutirão para o cadastramento das famílias para eventual recebimento de benefícios, como o Bolsa Família, e para encaminhamento a dois projetos de assentamento do Incra na região.

O prazo para todas as famílias deixarem a área venceu na sexta-feira. "O oficial de Justiça já passou por quase toda a área e na segunda-feira [hoje] fará uma segunda passagem. Vamos avaliar os casos de quem não saiu e oferecer ajuda, se for por dificuldade de locomoção ou transporte de animais, por exemplo", afirmou Nilton Tubino, assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Até agora, segundo ele, 216 famílias se cadastraram no Incra e, dessas, 175 já foram aprovadas para receber um lote em um assentamento.

O presidente da associação local dos agricultores, Renato Teodoro, diz que o processo de retirada é "desumano" porque, segundo ele, a ação não foi concluída e há recursos aguardando julgamento.

"Esse cadastro [do governo] é só para enganar a opinião pública, é tudo mentira", disse. "Depois a Justiça decide a nosso favor e aí? Quem paga a humilhação?"

---

### **Posseiros devem deixar terra indígena nesta semana. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 08/01/2013**

*Alto da Boa Vista estava ocupado há um mês*

O governo federal diz esperar que até o final desta semana não haja mais posseiros nos 165 mil hectares da terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste de Mato Grosso. Há mais de um mês a Justiça reconheceu o distrito de Alto da Boa Vista como terra xavante.

Uma equipe composta pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Força Nacional de Segurança Pública e Funai (Fundação Nacional do Índio) fez ontem uma vistoria em Posto da Mata.

De acordo com o coordenador-geral da secretaria, Nilton Tubino, quase todas as famílias já saíram da área.

Cerca de 15 famílias aguardavam caminhão de mudança. Outros 20 imóveis estavam fechados. O prazo para as famílias deixarem o local venceu no último dia 4.

Objetos pessoais como fogão e colchões foram retirados ontem da fazenda Jordão, do ex-vice-prefeito de Alto Boa Vista Antônio Jordão.

---

### **Apoio aos povos da Amazônia – Site do MMA. 09/01/2013**

*Governo lança editais para Planos de Ação Sustentáveis para comunidades que vivem em unidades de conservação*

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) lançou, esta semana, dois editais com propostas de Planos de Ação Sustentáveis (PAR) para comunidades que vivem em

Unidades de Conservação (UCs) apoiadas pelo programa. O objetivo é incentivar gestores das unidades a apresentarem propostas de Planos de Ação Sustentável (PAS) e de Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI) para o período 2013-2014, com planos de trabalho e estratégias para o uso sustentável dos recursos naturais dessas áreas, em articulação com as comunidades que lá residem.

As propostas são direcionadas a dois públicos distintos que vivem em Unidades de Conservação, federais ou estaduais, da Região Amazônica: comunidades tradicionais, beneficiadas pelo edital nº 1, com propostas de PAS; e povos indígenas, beneficiados pelo edital nº 2, com propostas de PPI. Os grupos devem possuir, ainda, alguma relação com as unidades, como utilização de áreas de importância sociocultural, realização de atividades produtivas e proteção territorial.

No período 2013-2014, o edital fomentará o valor de R\$ 190 mil para cada Unidade de Conservação. Serão contempladas 19 UCs, com propostas selecionadas de Planos de Ação Sustentáveis (PAS) e Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI). Todos os formulários e demais documentos de apoio à candidatura das UCs deverão ser enviados pelo correio (incluindo cópia digital de todos os documentos em CD anexo), devidamente atestados e assinados pelo órgão gestor proponente, até 8 de abril de 2013 (data de postagem).

#### **FOMENTO**

O Arpa é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, gerenciado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF), Banco Mundial e banco alemão KfW. Foi lançado em 2002 para durar 13 anos e ser executado em três fases, independentes e contínuas. O objetivo é expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas a curto e longo prazos, além de promover o desenvolvimento sustentável naquela região.

Mais informações sobre os editais no email [marco.bueno@mma.gov.br](mailto:marco.bueno@mma.gov.br) ou telefone (61) 2028 2064.

#### **Confira os editais:**

Edital nº 1:

[http://programaarpa.org.br/wp-content/uploads/2013/01/edital\\_1\\_programa\\_arpa\\_planos\\_acao\\_sustentaveis\\_07jan2012.pdf](http://programaarpa.org.br/wp-content/uploads/2013/01/edital_1_programa_arpa_planos_acao_sustentaveis_07jan2012.pdf)

Edital nº 2:

[http://programaarpa.org.br/wp-content/uploads/2013/01/edital\\_2\\_programa\\_arpa\\_planos\\_povos\\_indigenas\\_07jan2013.pdf](http://programaarpa.org.br/wp-content/uploads/2013/01/edital_2_programa_arpa_planos_povos_indigenas_07jan2013.pdf)

**Após refúgio, bispo retorna para região de conflito de MT. Daniel Carvalho –  
Folha de São Paulo. 09/01/2013**

*Ameaçado, dom Pedro Casaldáliga ficou 3 semanas escondido em Goiás. Defensor de índios xavantes, religioso voltou depois de diminuir a tensão em disputa com posseiros.*

O bispo emérito de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, 84, retornou a Mato Grosso após três semanas escondido em Goiás devido a ameaças de morte.

O bispo defende o direito de posse dos índios xavantes sobre a terra indígena Marãiwatsédé, no nordeste do Estado. Por isso, estava sendo ameaçado por posseiros.

Os não índios foram obrigados pela Justiça, em novembro, a desocupar a área de 165 mil hectares em que viviam desde 1992.

O padre Paulo Santos, assistente do religioso que se refugiou com ele, disse à Folha que ambos retornaram a São Félix no dia 29. Eles haviam ido para Goiás em 7 de dezembro, após recomendação do governo federal.

A volta de Casaldáliga foi discutida com representantes do governo. A decisão levou em conta o apaziguamento da situação na região.

A Secretaria-Geral da Presidência da República diz não haver mais resistência. As poucas famílias de não índios remanescentes aguardam caminhões de mudança.

Segundo Santos, dom Pedro Casaldáliga recusou a oferta de segurança feita pelo Planalto no refúgio e no trajeto de volta e só dará entrevistas quando a situação estiver resolvida.

"A gente quer evitar qualquer impasse nesse momento", disse o padre, referindo-se à retirada de posseiros.

Santos não quis informar em que cidades se esconderam, pois teme necessitar novamente de refúgio.

Ele diz que as ameaças - que são investigadas pela Polícia Federal - não foram feitas diretamente ao bispo.

Fundador da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, o bispo ganhou notoriedade internacional ao denunciar atos de madeireiros, policiais e grandes proprietários rurais no regime militar, época em que os xavantes foram expulsos de suas terras.

---

**Mais de 130 ações irão apurar furtos de madeira – Folha de São Paulo. 10/01/2013**

Servidores públicos, fazendeiros, madeireiros e empresários de Mato Grosso vão responder a 133 ações penais pelos crimes de desmatamento ilegal e furto de madeiras de áreas protegidas, entre outros

Eles foram alvo de duas operações da Polícia Federal que apuraram um suposto esquema de fraudes envolvendo licenciamentos ambientais para exploração de madeira.

O valor estimado dos danos ambientais chega a cerca de R\$ 900 milhões, segundo a PF.

O juiz substituto da 5ª Vara Federal, Fábio Fiorenza, acatou no dia 5 a denúncia feita pelo Ministério Público Federal.

---

### **MMA e FAO analisam propostas para combater degradação no interior do Pará – Site do MMA. 11/01/2013**

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estão analisando as propostas para a elaboração e implantação do Programa Piloto de Recuperação de Áreas Degradadas, no município paraense de São Félix do Xingu.

Trata-se de ação desenvolvida no âmbito do Projeto Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento, coordenado pelo MMA, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR), em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e com recursos financeiros da Comissão Europeia (CE), no valor de 4,9 milhões de euros (R\$ 13,2 milhões).

O projeto tem como principal objetivo contribuir para a redução do desmatamento, dentro da estratégia de controle do desmatamento na região amazônica, especificamente por meio de ações executadas no município, com o engajamento das instituições e organizações locais.

### **CADASTRO**

As experiências piloto para a recuperação de áreas degradadas serão executadas em pequenas e médias propriedades rurais da agricultura familiar para aportar subsídios à elaboração do Plano Municipal de Recuperação de Áreas Degradadas. O plano é um dos resultados pretendidos pelo projeto, além do Pacto Municipal para a Redução do Desmatamento, já criado e endossado pelas instituições e organizações locais; a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), assim como o fortalecimento da gestão ambiental, por meio de atividades de capacitação técnica às instituições e organizações locais.

Com o apoio e a participação das organizações locais, serão identificadas pelo menos 30 propriedades rurais - incluindo algumas localizadas no perímetro da APA Triunfo do Xingu - para integrarem as iniciativas de recuperação no âmbito do programa piloto. As etapas de implantação incluem, ainda, a realização de diagnóstico socioeconômico e ambiental das propriedades, o planejamento para a recuperação das áreas degradadas, a capacitação das famílias beneficiadas, o monitoramento e acompanhamento técnico das ações de recuperação e das atividades produtivas sustentáveis, a implantação das iniciativas piloto, a elaboração do calendário de coleta de sementes florestais e a descrição dos processos de implantação do Plano Municipal de Recuperação de Áreas Degradadas.

O plano cobrirá a totalidade do território de São Félix do Xingu e estabelecerá medidas

de apoio à recuperação de áreas degradadas, envolvendo a constituição de bancos de sementes e viveiros de mudas, a promoção de assistência técnica rural e o incentivo a atividades produtivas sustentáveis.

---

### **Funai quer suspensão de prospecção de óleo no AM. André Borges – Valor Econômico. 11/01/2013**

A Fundação Nacional do Índio (Funai) enviou pedido ao Ibama para que o órgão suspenda a licença de operação que permitiu a prospecção de petróleo e gás em Atalaia do Norte, no Estado do Amazonas. A região fica próxima à terra indígena Vale do Javari.

Procurada pelo Valor, a Funai informou que a empresa Georadar Levantamentos Geofísicos "iniciou as atividades sem prévio comunicado e sem articulação junto à Funai e às comunidades indígenas, o que provocou preocupação a respeito da exploração petrolífera e possível contaminação em áreas onde existem varadouros (caminhos) utilizados por indígenas Marubo e isolados".

A Funai afirma que não foi consultada pelo Ibama, órgão responsável pelo licenciamento, a respeito das pesquisas feitas na região. Segundo a fundação, "novos encaminhamentos relacionados à região estarão condicionados à implementação do programa de comunicação junto ao povo Marubo e à realização de uma vistoria da Funai, referente aos impactos ambientais resultantes das atividades realizadas na região, como abertura de picadas e clareiras."

---

### **Ruralistas apostam em Henrique Alves para impor agenda legislativa. Caio Junqueira – Valor Econômico. 11/01/2013**

A bancada ruralista na Câmara dos Deputados aposta na provável substituição do PT pelo PMDB no comando da Casa para fazer avançar sua agenda de 2013. Embora avaliem que a gestão do petista Marco Maia (RS) tenha rendido bons frutos, como a aprovação do Código Florestal, a expectativa é de que com o pemedebista Henrique Eduardo Alves (RN) os ganhos sejam maiores.

O próprio Alves já fez essa sinalização em um almoço em dezembro com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que agrega 237 parlamentares e 15 senadores. Ali, prometeu atender a todas reivindicações, entre as quais se destacam a constituição de uma comissão especial para analisar a proposta de emenda constitucional (PEC) 215, que dá ao Congresso a prerrogativa na demarcação das terras indígenas; a elaboração de um projeto de lei que defina trabalho escravo e a flexibilização da legislação trabalhista rural.

"Ele [Alves] achou as reivindicações muito justas. O PMDB historicamente é um aliado das causas do agronegócio. Achamos que vamos ter um diálogo muito melhor com ele. O PT mistura muito a questão ideológica, acham que fazemos lobby, mas na verdade reagimos às leis e decretos do governo que interferem na atividade rural", disse o deputado Homero Pereira (PSD-MT), presidente da FPA.

Ele acrescenta ainda dois outros pontos que fizeram parte de uma espécie de carta-compromisso entregue pelos ruralistas a Alves. O que lhe garantiu, segundo Pereira, o voto da "ampla maioria" dos ruralistas. Um é a aprovação de um projeto de lei complementar que diminui a incidência de tributos sobre as cooperativas. O outro, a aprovação do Orçamento impositivo.

O mais polêmico deles, porém, com a promessa de ser "o novo Código Florestal", em razão do tensionamento político, é a PEC das terras indígenas. Ela transfere do Executivo para o Legislativo a competência exclusiva para aprovar a demarcação das terras indígenas e ratificar as demarcações já homologadas. Também estende essa prerrogativa na demarcação de áreas de conservação ambiental e terras quilombolas.

Uma prévia desse embate foi vista em 2012, quando a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara a aprovou, após meses de tentativas e entraves articulados pelo PT. O próximo passo é a instauração de uma comissão especial, pois se trata de uma PEC. Uma vez aprovada nessa instância, segue direto ao plenário. "Esse debate vai ser o mais acalorado, é bem parecido com o Código Florestal", afirma o ex-presidente da FPA, Moreira Mendes (PSD-RR), que comandou os ruralistas durante a gestão Marco Maia. Ele elogia o petista, mas acha que com Alves o avanço dos ruralistas será bem maior.

"Ele [Maia] foi muito correto com a gente, cumpriu alguns compromissos. Mas tem um defeito de origem, que se chama PT. O PT complica demais as coisas no Congresso e no país, monitora tudo, principalmente seus líderes no Congresso. Se eles são contra algo, fica muito complicado de ser aprovado", afirma, fazendo a comparação com o provável sucessor: "O PMDB é mais prático".

Único petista a atuar no comando da FPA - é vice-presidente regional do Nordeste -, o deputado Geraldo Simões (BA), ex-secretário de Agricultura do governador Jaques Wagner, confirma haver preconceito do PT em relação aos ruralistas. "Isso decorre da nossa formação e ligação com a reforma agrária, agricultura familiar e sindicatos de trabalhadores rurais", afirma.

Mas defende que isso seja mudado. "É um preconceito que precisa ser removido. Estabelecemos relações com banqueiros, multinacionais, construtoras, qual o problema não estabelecer relação com esse setor, que é responsável por um terço do PIB. O PT deve fazer a revisão em relação a agricultura como um todo."

Também se coloca como favorável ao debate sobre a PEC das terras indígenas. "A Funai não pode ter esse poder absoluto, de desapropriar com base em um laudo complexo de uma antropóloga. Se o Congresso pode afastar presidente da República, por que não pode determinar o que é ou não é terra indígena?", conclui.

---

### **Floresta será importante instrumento do MMA no combate às mudanças climáticas – Site do MMA. 11/01/2013.**

O potencial da Floresta Amazônica como mecanismo de combate às mudanças climáticas será, em 2013, um dos focos do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O monitoramento dos biomas brasileiros e a conclusão da estratégia nacional de Redução

de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) surgem como prioridades para este ano. A cooperação com outros países e o avanço nas negociações internacionais também aparecem entre as perspectivas do governo federal.

O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Carlos Klink, adianta que o MMA deve finalizar a estratégia nacional de REDD+ neste ano. Segundo ele, a medida apoiará a implantação de projetos voltados para a conservação florestal como forma de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. “O plano já está bem desenhado e, em breve, será levado adiante”, afirma. Neste ano, devem passar a valer, ainda, os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima de indústria, da mineração, de saúde e de transporte.

## **CONVERGÊNCIA**

Para serem colocadas em prática, as ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas terão de dialogar com a realidade de cada área do país. De acordo com Klink, existem, hoje, 18 legislações estaduais que tratam do assunto. “É um tema muito complexo e o maior desafio é definir como articular e harmonizar tudo isso”, explica. “Essa convergência será uma agenda de extrema importância para este ano.”

O assunto, na opinião de Klink, é uma prova de que a preocupação com o efeito estufa ganha cada vez mais espaço na política brasileira e demonstra a necessidade de investimentos. “Antes, a discussão de mudanças climáticas era muito internacional. Agora, o tema está tendo uma agenda bastante doméstica”, analisa. “Dessa forma, ele passa a atrair mais atenção e, conseqüentemente, pode trazer conflitos.”

## **MONITORAMENTO**

O alcance, em 2012, da menor taxa de desmatamento na Amazônia Legal mostrou que a política ambiental brasileira está no caminho certo e levantou a importância de acompanhamento de outros biomas. De acordo com Klink, a expectativa é que, neste ano, o governo federal passe a monitorar, também, o cerrado, nos moldes do trabalho desenvolvido na Floresta Amazônica.

Os bons resultados do ano passado no combate ao desmatamento da Amazônia impulsionaram, ainda, o papel do Brasil no cenário mundial. Entre agosto de 2011 e julho de 2012, houve uma queda de 27% na devastação da Amazônia em relação ao mesmo período anterior. “O índice mostra que o Brasil pode contribuir, e muito, com outros países”, observa Klink.

## **COOPERAÇÃO**

Os acordos com as demais nações também serão fundamentais. Klink ressalta que a Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas (ONU) deve definir os rumos de um novo regime climático para os próximos anos. De acordo com o secretário, o estreitamento de relações com outros países é essencial para essas negociações. Entre os principais parceiros do Brasil, estão a África do Sul, a Índia e a China, que integram o grupo Basic, e as nações equatoriais, da Bacia do Congo e a

Indonésia, que participam da chamada cooperação Sul-Sul. “São países que comungam de realidades parecidas”, explica.

### **SAIBA MAIS - O que é REDD+?**

Criado em 2003 e atualizado em 2007, o termo REDD+ representa um mecanismo de redução compensada das emissões de carbono na atmosfera. O conceito engloba as reduções por desmatamento e degradação e inclui a tarefa da conservação florestal, do manejo sustentável e do aumento dos estoques de carbono. A redução aparece, portanto, como um meio de diminuir os efeitos das mudanças climáticas. [Clique aqui](#) para outras informações.

---

### **Políticas do MDA impulsionam produção agroecológica – Site do MDA. 11/01/2013**

Estimular uma maior conscientização dos agricultores familiares e da população quanto aos riscos e problemas causados ao meio ambiente e à saúde humana pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos. Esse é o objetivo do Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos, comemorado nesta sexta-feira (11). Empenhado na questão, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) executa diversas ações que ressaltam a importância de se produzir de forma orgânica.

De acordo com o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do MDA, Argileu Martins da Silva, o ministério incentiva a produção agroecológica com o fortalecimento das redes e organizações que atuam na agricultura familiar e no incremento à comercialização em supermercados. “Programas como o de Aquisição de Alimentos (PAA) incentivam essa produção pagando mais por esses alimentos livres de agrotóxicos”, afirma.

Argileu explica que, pelo PAA, o MDA oferece vantagens aos agricultores familiares que usam o sistema de produção agroecológica ou orgânica. O preço pago pelo produto orgânico é 30% maior do que o valor pago aos produtos convencionais.

#### **Incentivos**

Dentre os programas de incentivo específicos para a agricultura familiar orgânica ou agroecológica do MDA destacam-se o Pronaf Agroecologia e o Pronaf Sustentável. Chamadas de Ater específicas como a Sustentável também estão entre as ações do ministério voltadas ao apoio à produção de alimentos orgânicos.

Argileu anuncia que para abril, está prevista, ainda, a chamada de Ater agroecológica e orgânica, que vai beneficiar diretamente agricultores familiares que não utilizam pesticidas em sua produção. “Essa chamada vai beneficiar 50 mil estabelecimentos produtores de alimentos livres de aditivos químicos”, ressalta.

---

### **Dona Culpa. Marina Silva – Folha de São Paulo. 11/01/2012**

Quando começam as chuvas, todos sabemos que haverá enchentes nas grandes cidades, desbarrancamento e moradias soterradas nos morros. A culpa, segundo os agentes



públicos, é do excesso de chuvas e da insistência dos moradores em permanecer no local.

Mais um ano de seca no sertão nordestino. Estados e municípios disputam desesperados os recursos para barragens, carros-pipa, poços, atendimento de emergência. A culpa? Das pessoas que moram em lugar errado e da natureza, que mandou toda a água para outra região.

Já estamos nos acostumando com essa lógica. Nos anos de crescimento e bonança, os que estão no poder arvoram-se a dar lições ao mundo; nos anos das vacas magras, o problema é a crise na Europa, a guerra cambial, a falta de ousadia dos empresários... Para os que estão na oposição, o sucesso é resultado de alguma decisão anterior ao governo atual, enquanto o fracasso vem dos erros cometidos por esse.

Atualmente, voltamos à "interrupção no fornecimento" de energia (há que se buscar novos nomes para o velho apagão) que, como sabemos, nos últimos anos teve vários culpados: faltou chuva nos reservatórios, um raio desligou a transmissão, o calor fez todo mundo ligar o ventilador.

Mas o ministro tem um jargão na ponta da língua que sintetiza o condomínio dos culpados: "problemas ambientais". Leia-se índios e ecologistas, que atrasam a construção de usinas. Uns não têm força para demarcar e proteger suas terras, outros não conseguem impedir a desfiguração do Código Florestal, mas o ministro diz que, juntos, têm o poder de apagar a luz do país.

Cá entre nós, desconfio que o planejamento energético brasileiro é atrasado e não prevê a diversificação e distribuição necessária para superar os limites de nossa matriz energética.

Digo "desconfio" porque quase ninguém conhece os planos desse setor, herança e continuação das estruturas centralizadas, anteriores à democratização do país. Os poucos que têm acesso parecem muito competentes, mas não podem vencer um exército de índios.

A culpa do apagão e de todos os desastres anuais previsíveis e anunciados não pode ser dos políticos e gestores públicos. Afinal, quem escolhe os diretores de órgãos públicos e agências? Quem coloca afilhados políticos em cargos técnicos? Quem faz acordos para entregar ministérios com "porteira fechada" aos partidos políticos? Quem nomeia os que, pouco tempo depois, serão flagrados em atos ilícitos e práticas de corrupção?

Não, certamente a culpa não pode ser dos que planejam, coordenam e executam as políticas públicas nas cidades, nos Estados e no país.

Convoquem o povo, os índios, os ecologistas, a chuva. Alguém terá que se casar com dona Culpa.

---

**Funai reconhece terra guarani-caiová. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo.  
11/01/2013**

*Encomendado a antropólogos, documento identificou que área de 415 km<sup>2</sup> em MS pertence à etnia de índios. Texto é primeira etapa para que local vire terra indígena; região hoje é ocupada por 46 propriedades rurais.*

Após quatro anos e meio de espera, a Funai (Fundação Nacional do Índio) divulgou nesta semana o resumo do primeiro de seis estudos voltados a identificar terras da etnia guarani-caiová em Mato Grosso do Sul.

Encomendado a antropólogos, o levantamento iniciado em 2008 reconheceu uma área de 415 km<sup>2</sup> no município de Iguatemi -equivalente a pouco menos de um terço da cidade de São Paulo- como sendo a Terra Indígena Iguatemipeguá 1.

No local está situado o tekohá (terra sagrada) Pyelito Kue, que no ano passado ganhou atenção mundial a partir de uma carta escrita pelos índios e interpretada por ativistas como anúncio de suicídio coletivo do grupo de 170 acampados na fazenda Cambará.

O estudo mostra que 1.793 índios da segunda maior etnia do país vivem na área.

As terras hoje são ocupadas por 46 propriedades rurais. O estudo não calculou o número de famílias na área.

Produtores adquiriram terras do governo federal desde o fim da Guerra do Paraguai (1864-70), quando o Império começou a colonizar a região.

Os 43 mil guaranis-caiovós vivem hoje confinados em reservas ou em acampamentos improvisados em fazendas e às margens de rodovias. A situação foi mostrada pelaFolha em novembro passado.

A publicação do resumo do estudo no "Diário Oficial" é a primeira etapa para que Iguatemipeguá 1 seja convertida em terra indígena.

Ainda é preciso que o estudo seja analisado pelo Ministério da Justiça e pela presidente Dilma Rousseff, que pode homologar ou não a área. Além disso, uma batalha judicial deve ser travada entre produtores e Funai.

Os 46 ruralistas têm 90 dias para se manifestar individualmente a respeito do estudo. O prazo é considerado "exíguo" por Carlo Codibelli, assessor jurídico da Famasul, federação que representa os produtores rurais.

"As propriedades são tituladas e têm regularidade fundiária reconhecida pelo governo. Não é uma situação de mera ocupação", diz Coldibelli, que afirma temer um outro problema social, com o eventual despejo das famílias que vivem nas fazendas.

---

### **Índios criticam falta de médicos no Xingu (MT) – Folha de São Paulo. 11/01/2013**

Índios que vivem no norte do Parque Nacional do Xingu (MT) denunciam que estão sem médicos na região desde 2010. Eles afirmam que o atendimento no Alto Xingu fica a cargo de enfermeiros e técnicos. O governo federal é responsável pelo atendimento à saúde em áreas indígenas.

"Não tem médico, só enfermeira e outro atendente", disse o índio Mataryua, 47.

As reclamações cresceram após o cacique Aritana Yawalapiti ter um derrame no dia 6. Ele, que conviveu com os irmãos Orlando e Cláudio Villas-Bôas, responsáveis pela criação do parque, em 1961, preside o Conselho da Liderança do Xingu.

Familiares dizem que a pressão do cacique subiu, mas ele não tinha nem remédios nem médicos.

Como o tratamento espiritual com o pajé não surtiu efeito, eles decidiram transferi-lo para Brasília. Um avião contratado pelo governo federal o levou à Canarana, cidade próxima à reserva, dois dias após o derrame.

O Ministério da Saúde informou que só poderia levá-lo a Brasília no dia seguinte, por causa do mau tempo. Segundo a pasta, a avaliação médica constatou que a demora não traria risco à saúde de Aritana.

O filho do cacique, Tapi, 36, disse que a situação do pai se agravou e um amigo fretou outra aeronave para levá-los a Brasília. Aritana está internado no hospital da Universidade de Brasília e apresenta melhoras.

O Ministério da Saúde disse que o atendimento é feito por 420 profissionais em quatro postos na área indígena e em unidades próximas e que as equipes se revezam para cobrir todos os 2,6 milhões de hectares do parque.

---

### **Funai aprova estudo antropológico que identifica terra indígena em MS – Site da CPT. 11/01/2013**

A Fundação Nacional do Índio (Funai) aprovou o estudo antropológico que identifica e delimita como terra tradicionalmente indígena uma área 41,5 mil hectares na cidade de Iguatemi, a 466 km de Campo Grande (MS). O resumo do relatório feito pela antropóloga Alexandra Barbosa da Silva sobre o estudo que reconhece a Terra Indígena Iguatemipegua I foi publicado; na edição de terça-feira (8); do Diário Oficial da União.

O assessor jurídico do Conselho Nacional Indigenista (Cimi) em Mato Grosso do Sul, Luiz Henrique Eloy, disse ao G1 que a publicação do Diário Oficial é a primeira parte das várias conquistas que os povos indígenas do estado poderão ter. O G1 tentou entrar em contato com alguns dos fazendeiros da região, mas ninguém atendeu.

Segundo o relatório, no local vivem 1.793 índios da etnia guarany-kaiowá. Entre eles, os 170 membros da comunidade Pyelito Kue que, em novembro de 2012, anunciaram que haveria "morte coletiva" caso tivessem que sair terras. A carta com o anúncio foi

divulgada após a Justiça Federal acatar o pedido de reintegração de posse impetrado pelo proprietário de uma das 46 fazendas que, segundo o relatório, fazem parte da área onde foi realizado o estudo antropológico.

No mesmo mês, a desembargadora federal Cecília Mello suspendeu a reintegração de posse e determinou a permanência dos índios no local até o término do estudo antropológico.

### **Etapas**

Segundo a Funai, a aprovação e publicação do resumo do relatório é uma das etapas obrigatórias no processo de reconhecimento de terras tradicionalmente indígenas. Após a publicação, as comunidades indígenas e os proprietários das fazendas têm 90 dias para questionar o estudo antropológico.

Durante esse período, os moradores das 46 fazendas e não índios que residem na área deverão apresentar toda a documentação necessária para comprovar a regularidade da posse de boa-fé, caso julguem ter direito a indenizações.

Após essa etapa, a Funai tem 60 dias para entregar o processo ao Ministério da Justiça, responsável por publicar a portaria que reconhece a área como terra tradicionalmente indígena.

---

### **Ambientalistas tentam minimizar impacto da expansão da soja – Site da CPT. 11/01/2013**

*Após se espalhar pelo Sul e Centro-Oeste nas últimas décadas, a soja agora avança pelo Norte e Nordeste brasileiros, mas encontra a resistência de ambientalistas, que tentam minimizar os impactos dessa expansão nos dois biomas mais diversos do país - a Amazônia e o Cerrado.*

Em estudo publicado em 2012, a organização ambientalista WWF Brasil diz que hoje, entre os cinco Estados brasileiros que concentram os maiores focos de desmatamento em razão da soja, três são do Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia) e um da região Norte (Tocantins). Ao avançar pela região, que entre estudiosos passou a ser chamada de Mapitoba (agregando as iniciais de cada Estado), a soja passa a ocupar o centro-norte do Cerrado, a última região do bioma em que ainda não estava presente.

O doutor em agroecologia Cássio Franco Moreira, coordenador do Programa Agricultura e Meio Ambiente do WWF Brasil, diz que hoje cerca de 50% do Cerrado já foi desmatado, "parte significativa em função da soja". Segundo ele, pequenos e médios produtores têm promovido desmatamentos ilegais na Mapitoba, que abriga as últimas áreas de Cerrado intactas.

Por ora, no entanto, ele diz que o plantio de soja na região é praticado em sua maioria por grandes produtores. Esses, afirma, são mais capazes de arcar com os desafios logísticos da região e costumam respeitar a legislação ambiental. A postura reflete as cada vez maiores exigências de compradores, que não querem ser associados à destruição do meio ambiente.

## Pastagens

Ainda assim, de acordo com o Código Florestal atual, propriedades no Cerrado podem usar até 65% de suas terras para a atividade agropecuária, o que abre margem para novos desmates, ainda que legais. Somente 3% do território do Cerrado está protegido por unidades de conservação federal ou estadual. Moreira diz, porém, que o Brasil poderia expandir plantações de soja sem desmatar nada. Ele cita cálculo do governo federal que apontou a existência de 200 milhões de hectares de pastagens no Brasil.

Segundo ele, é possível transformar até 30% das áreas hoje ocupadas por pastos em plantações, sem prejuízos para os pecuaristas. "Há incentivos financeiros do governo para que isso ocorra."

Enquanto isso, diz o coordenador da WWF, instituições ambientalistas têm negociado com grandes compradores mundiais da soja a conservação de áreas prioritárias do Cerrado. Hoje, os compradores já concordaram em proibir a comercialização de soja produzida em áreas de floresta recém-desmatada, o que inclui área do Cerrado conhecida como Cerradão. Agora os ambientalistas tentam incluir na lista regiões do Cerrado com vegetação mais baixa e rala. Caso consigam, Moreira prevê que, até 2023, serão desmatados 3% adicionais da área de Cerrado.

"Se expandirmos a produção de acordo com essas regras e se houver respeito ao Código Florestal, em dez anos podemos ter condições de negociar um desmatamento zero."

## Acordo na Amazônia

Na Amazônia, apesar da expectativa de expansão da soja nos próximos anos em Rondônia e no Pará, negociações entre compradores e ambientalistas já tiveram avanços mais sólidos. Em 2006, a Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), a ANEC (Associação Brasileira de Exportadores de Cereais), o Greenpeace e outras entidades assinaram um acordo batizado de Moratória da Soja.

O acordo determina que, até janeiro de 2014, as 24 maiores empresas comercializadoras de soja, que representam 90% do mercado nacional, não comprem o produto de fornecedores na Amazônia que tenham desmatado após 2006.

"Acreditamos que o acordo foi um dos motivos para a diminuição no desmatamento na Amazônia nos últimos anos", afirma Rômulo Batista, do Greenpeace

---

## **As águas roubadas no Sertão. Daniele Pereira – Site do MST. 11/01/2013**

O ano de 2012 que, logo no início, já brindou a Paraíba com a pior seca das últimas 4 décadas, viu, em seu desfecho, o anúncio oficial de um outro fim: o das obras do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa (Pivas). Distante cerca de 400 quilômetros da praiana capital João Pessoa, o projeto de irrigação capta, conduz e distribui as águas dos açudes Coremas-Mãe d'Água para 4.390 hectares de propriedades agrícolas encravadas em pleno Sertão, entre os municípios de Sousa e Aparecida. No entanto, o anunciado do término das obras no fim do ano passado não resolveu o problema apontado. A falta de água tem sido uma constante na vida dos agricultores. E não pela seca.

Edinaldo José do Nascimento nasceu e se criou na agricultura familiar. Desde 2006 está no assentamento do Pivas, adquirido em 2005. Com ele, estão 178 pequenos produtores organizados em 14 associações. Uma delas é a Apivas, Associação dos Produtores Irrigantes das Várzeas de Sousa, que tem Nascimento como vice-presidente.

Em 2011, o agricultor familiar perdeu 2 mil pés de mamão porque a água não chegava em sua propriedade. Ele não consegue nem estimar o valor do prejuízo: “A água não chegava em quantidade e a gente teve que reduzir as áreas. Eu tava com meu plantio de goiaba sendo implantado, eu tive que cuidar dele. E eliminei meu plantio de mamão. Rapaz, 2 mil pés de mamão, nem dá pra fazer a conta assim de repente... a muda em si custa 4 mil reais, só de mudas. Fora a mão de obra”. Nascimento disse que em setembro do mesmo ano teve problemas com a produção de maracujá e se viu obrigado a racionar água.

Com 37 quilômetros de extensão, o canal da Redenção, que conduz a água vinda dos açudes Coremas-Mãe d'Água, é à céu aberto em alguns trechos. E várias propriedades têm colocado canos e desviado a água direto do canal, o que impede que produtores como Edinaldo recebam a quantidade prevista.

“É uma coisa absurda, né?! A gente tem um canal que hoje é pra estar chegando 1,5 metro cúbico por segundo de água dentro do perímetro e tá chegando a 0,5 metro cúbico por segundo. Um metro por segundo está sendo desviado do canal. Quer dizer, dois terços dessa água estão sendo roubados no caminho. A verdade é essa: roubo. É coisa preocupante. E não sei se os governos vão ter pulso para resolver esse problema”, reclama Nascimento.

A ineficiência do Estado para resolver a questão também preocupa Valber Matos, da comissão executiva estadual da Articulação do Semiárido na Paraíba, (ASA-PB). Segundo ele, o desvio de água é feito por propriedades particulares, dentre elas, a do prefeito do município de Sousa, Fábio Tyrone Braga de Oliveira. “Mas não é só o prefeito, não. São muitas propriedades particulares que estão usando indevidamente o recurso. Isso por quê? Porque não há uma fiscalização do Estado. Ao governo não interessa a fiscalização. O povo que vive disso também não se interessa em denunciar. É omissão, falta de cuidado com o patrimônio do ser humano, que é o recurso hídrico”.

As denúncias contra o prefeito de Sousa vieram a público no meio do ano passado. Naquela época havia “122 irrigantes de forma irregular” no Perímetro, segundo contou Orlando Soares de Oliveira Filho, o então diretor-presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa).

“Já fizemos essas vistorias e já foram detectados 122 irregulares. Isso vai de pequeno ao grande. Foram detectados e notificados. E agora a gente está procurando a solução para o problema. Mas, pra isso, a gente precisa justamente ver: as vazões necessárias do que está regulamentado, o que foi feito no Marco Regulatório; se precisa aumentar a abertura da comporta para atender a todos, se realmente os projetos iniciais que foram feitos quando da aprovação estão sendo feitos como é pra ser”, disse à época.

Orlando Soares destacou ainda que esse tipo de ação é feita durante a noite e declarou que a fiscalização ainda precisa ser mais ostensiva e vir junto com uma regulação. “Já temos ações concretas para poder chegar junto e corrigir todas essas distrações. Só vai

ter direito ao uso correto se realmente tiver outorga, seria dar licença para o uso racional, o uso correto. Isso é o que precisa ser feito”, afirma Soares.

Hoje, a direção da Aesa está à cargo de Ana Maria de Araújo Torres Pontes. A reportagem tentou entrar em contato com a diretora-presidente, através da assessoria de imprensa do órgão, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno. A Aesa é responsável por gerenciar e controlar a capacidade hídrica do açude e do canal. Com o fim das obras do Pivas decretado pelos governos estadual e federal, houve a transferência de gestão do Projeto por meio de Termo de Ajustamento de Compromisso entre o Estado da Paraíba e o Ministério da Integração Nacional.

---

### **Dois pesos e duas medidas. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 12/01/2012**

*Quando índio invade terra, forças não são empregadas; quando há retirada de terra indígena, existe até violência*

O processo de desintrusão (retirada de não índios) da gleba Suiá Missú é pleno de ensinamentos de como os discursos ideológicos são utilizados de forma ambivalente, segundo as conveniências políticas. Dois pesos e duas medidas são usados, sem que os atores envolvidos se mostrem minimamente ruborizados.

Quando se trata de uma invasão feita por indígenas, sem nenhum amparo legal e mesmo com decisão contrária da Justiça, as forças policiais não são na maior parte dos casos empregadas.

A decisão judicial fica frequentemente sem efeito nenhum. Imediatamente, comissões de direitos humanos, movimentos sociais, Ouvidoria Agrária Nacional e Funai (Fundação Nacional do Índio), entre outros, são mobilizados para que a lei não se cumpra. Qualquer uso da força é, de pronto, considerado uma violência arbitrária e desmedida.

Quando se trata da desintrusão de uma terra indígena, é outro caso: Há mobilização intensiva de aparatos policiais, com demonstrações explícitas de violência.

A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária e a Força Nacional de Segurança agem com truculência, utilizando bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Agricultores e suas famílias, incluindo crianças, ficam literalmente aterrorizados.

Imagens da desintrusão mostram pequenos produtores e familiares que, da noite para o dia, foram subtraídos de seus bens e convertidos em novos sem-terra. Abandonados. A desintrusão de terras indígenas é uma verdadeira expropriação, sem nenhuma indenização de terras.

No caso Suiá Missú, pequenos agricultores saíram, levando apenas bens que podiam carregar. Deixaram suas casas sem nenhuma indenização.

Alguns testemunhos desses pequenos agricultores são particularmente elucidativos.

Seu João Evangelista, que tinha casa própria, diz: "Eu não tenho pra onde ir. Não tenho dinheiro e, com essa situação que se formou no Posto da Mata, há um mês não existe trabalho. Portanto, até para comer estamos dependendo de doações. É uma situação injusta e muito triste. É humilhante, para uma pessoa que trabalha e que tem filhos para criar, ser jogado na rua dessa forma".

Muitos agricultores se queixaram do tratamento desumano. Onde, aliás, estavam a Ordem dos Advogados do Brasil, a Ouvidoria Agrária e outras entidades que enchem a boca ao falar de direitos humanos? Agricultores acaso não são humanos?

Ao comentar a ausência da Comissão de Direitos Humanos da OAB, a despeito da recomendação da Justiça Federal para que acompanhasse a desocupação, o presidente da Associação dos Produtores de Suiá Missú, Renato Teodoro, protestou publicamente:

"Estamos estarecidos e indignados porque o próprio juiz federal recomendou que dois representantes acompanhassem. Aqui não tem ser humano, aqui tem é bicho. Se direitos humanos existissem, agora seria a hora".

Honrar os mortos é uma característica marcante dos humanos, que têm nos cemitérios um lugar de culto e de (re)ligação com a família. Nada mais justo, portanto, que povos indígenas possam visitar cemitérios de antepassados em terras que não são mais suas.

E nada mais injusto do que proibir os expulsos de Suiá Missú de visitar seus mortos. Por que essa regra humanitária não vale para todos os brasileiros?

A partir de agora, o silêncio passará a reinar na antiga fazenda Suiá Missú, convertida na terra indígena Marãiwatsédé. Nada do que lá estiver acontecendo poderá ser apurado de forma isenta.

Se essa desinvasão vai, na verdade, melhorar a vida dos índios, garantindo-lhes atenção aos problemas sociais, de saúde, educação e saneamento, passa a ser uma grande incógnita.

Qualquer cobertura jornalística na tribo será limitada pela Fundação Nacional do Índio, pois terra indígena não pode sequer ser objeto de reportagem sem prévia autorização da Funai. Passa a vigorar, ali, a censura implantada pelos que dizem defender os direitos humanos.

Os mesmos que silenciam diante da agonia dos agricultores convertidos em sem-terra, que amargam a indiferença, amontoados em abrigos improvisados.

---

### **MMA e outros órgãos do governo federal estão concluindo o documento que servirá de base para o Plano Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica – Site do MMA. 14/01/2013**

Técnicos de diferentes setores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) se reuniram, na manhã desta segunda-feira (14/01), com representantes de outros órgãos para a elaboração do Plano Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica. A expectativa é que a primeira versão do documento seja enviada para a sociedade civil até o início de



fevereiro. Após discussões e possíveis alterações, a proposta deverá ser lançada, em março, pelo governo federal. O MMA coordena o grupo de trabalho interministerial responsável pelos tópicos de acesso, uso sustentável e regularização ambiental.

A participação de atores de várias áreas distintas foi um dos pontos positivos da reunião. Para Cláudia de Souza, da Gerência de Agroextrativismo do MMA, a efetividade do encontro decorreu do diálogo intersetorial que ocorreu tendo em vista os projetos, programas e ações sobre a agroecologia e produção orgânica que vem sendo realizados por diversos departamentos e secretarias do MMA e por outros órgãos como o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Cada um deles apresentou as ações desenvolvidas no âmbito da agroecologia. “Isso mostra a intersetorialidade das ações e reforça o diálogo entre os vários órgãos do governo”, explicou Cláudia.

## **DIVISÃO**

O grupo de trabalho coordenado pelo MMA foi dividido em quatro seções menores para acelerar o processo de elaboração do plano nacional. Em reuniões que deverão ocorrer ao longo desta semana, os quatro subgrupos abordarão: agrobiodiversidade e agroextrativismo; regularização ambiental; acesso a recursos genéticos e serviços ambientais.

Instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) tem o objetivo de desenvolver medidas voltadas para a transição agroecológica e para a produção orgânica por meio do uso sustentável de recursos naturais e da oferta de alimentos saudáveis.

Nesse contexto, foi instalada a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, responsável pela construção do Plano Nacional. A intenção do plano é proporcionar medidas capazes de estimular o desenvolvimento sustentável. Entre as ações que poderão ser propostas, estão a concessão de crédito rural e a criação de ferramentas de financiamento e seguro agrícola

---

### **Kadiwéus buscam capacitação rural na FAMASUL – Site da CNA. 14/01/2013**

O presidente da Associação da Comunidade Indígena da Reserva Kadiwéu (ACIRK), Ambrósio da Silva, procurou a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL na última sexta-feira (11), em busca de parceria na profissionalização dos moradores da aldeia Bodoquena, em Porto Murtinho. Ambrósio justificou que há necessidade de atualização nas técnicas relacionados à produção rural, para que a atividade, principal fonte de renda, leve à independência econômica dos indígenas de Mato Grosso do Sul.

De acordo com o dirigente, 2,5 mil indígenas habitam a aldeia Bodoquena e cada família dispõe de dois hectares para a produção de arroz, mandioca, feijão e milho, cultivados em sistema de subsistência. Os Kadiwéus de Porto Murtinho também se

dedicam à pecuária e já somam rebanho de 2,3 mil cabeças de gado, que ainda não são comercializadas.

“O que me conduz a ter coragem da busca pela profissionalização é a questão da inserção da população indígena nos benefícios de quem desenvolve uma atividade econômica. Não sou treineiro, estou buscando parceria com a Famasul porque enxergo a necessidade de nos inserirmos em um ciclo de busca e renovação de conhecimento. Precisamos nos capacitar para nos tornarmos competitivos, sempre em busca de inovação tecnológica”, afirma o presidente e estudante de Letras, Ambrósio da Silva.

Além da busca pela profissionalização no campo, o presidente da ACIRK defende a busca por tecnologias que desenvolvam as habilidades dos indígenas em outros setores. “Quero estar com tablet, subindo em tribunais e defendendo meu povo. Já arranhamos o inglês e falamos espanhol e é essa inovação que a sociedade indígena precisa”.

A coordenadora da unidade educacional no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR/MS, Rosário de Almeida, recebeu os indígenas e ressaltou que além do benefício intelectual, a atitude de Ambrósio pode incluí-los no agronegócio do Estado. “Vejo com bastante positividade a atitude do indígena buscar conhecimento e a instituição se coloca a disposição para contribuir com a capacitação técnica e científica. Com isso o Senar/MS reafirma o compromisso de disponibilizar conhecimento, que contribui para o aumento da capacidade de produção e autonomia da aldeia”.

Junto com o presidente da ACIRK, Ambrósio da Silva, também estavam o indigenista aposentado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), Juraci Almeida de Andrade, e o professor indígena, Gilberto Pires.

---

### **Replanteio no Pantanal – Site da CNA. 14/01/2013**

Na região da Nhecolândia, a 150 km do centro de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, a pecuária extensiva exige cercas, o que gera uma demanda por madeira considerável. Além disso, existem outras demandas relacionadas ao componente arbóreo e necessárias ao dia-a-dia das propriedades rurais que precisam ser atendidas. Porém, tradicionalmente ela é obtida de forma inadequada nas próprias fazendas através da extração das matas e, infelizmente, ainda não existe a “cultura” do plantio de árvores para atender este fim. No sentido de atender esta e outras lacunas, o Projeto Biomas pretende pesquisar quais espécies nativas tem maior potencial para plantios para garantir maior sustentabilidade das fazendas da região em longo prazo.

O projeto trabalha com situações bem específicas das propriedades rurais, considerando os tipos de demandas dos sistemas produtivos e as características do produtor e do ambiente. Dentro do Pantanal, tem-se uma dificuldade muito grande com o transporte de produtos pela falta de estradas, e quando estas existem, é muito difícil à trafegabilidade em razão das enchentes, ou mesmo pela elevada quantidade de areia dos solos locais. É necessário que seja gerado conhecimento a respeito do desenvolvimento das diferentes espécies arbóreas nativas para que se possam apontar quais destas os produtores devem focar para os respectivos plantios.

“Nós sabemos que existe esta demanda. Não havendo outra fonte de madeira, a fonte acaba virando a floresta, as árvores nativas. Queremos aproveitar os recursos florestais nativos e incentivar os plantios a ser utilizado como fonte de madeira para diversas finalidades, o que não exclui a possibilidade de uma vertente voltada para a renda como, por exemplo, a venda da semente de frutas e sementes”, explica Alexandre Uhlmann, doutor em Biologia Vegetal e pesquisador da Embrapa Florestas.

As derrubadas mal planejadas também danificam e deixam árvores desprotegidas contra a força do vento. Além de reduzir custos ao produtor rural, o plantio preservaria árvores essenciais para a manutenção do ecossistema do Pantanal, como o manduvi, espécie que abriga 95% dos ninhos de araras daquele bioma localmente.

## **SOBRE O PROJETO BIOMAS**

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil. O Projeto Biomas tem o apoio do SEBRAE, Monsanto, John Deere e Vale Fertilizantes.

---

## **Política para ampliar área irrigada no país é publicada – Site do MAPA. 14/01/2013**

*Nova lei prevê que Governo criará estímulos à contratação de seguro rural por produtores que pratiquem o uso sustentável da água no campo*

---

A Política Nacional de Irrigação foi publicada nesta segunda-feira, 14 de janeiro, no Diário Oficial da União (DOU), pela presidenta Dilma Rousseff. A lei busca aumentar a produtividade no campo e reduzir a dependência dos efeitos climáticos ao incentivar a ampliação da área irrigada no Brasil.

A partir de agora, projetos públicos e privados de irrigação podem receber incentivos fiscais, entre eles as prioritárias para o desenvolvimento regional. Existe ainda a previsão de que o Governo crie estímulos à contratação de seguro rural por produtores que pratiquem a agricultura irrigada.

As novas tecnologias de irrigação são ferramentas importantes para impulsionar a produtividade agrícola de pequenas, médias e grandes propriedades rurais. A execução da política de irrigação é para tornar mais intensivo o uso da terra nesses estabelecimentos, reduzindo a pressão por novos espaços.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Ministério da Agricultura (Mapa), Caio Rocha, o uso da irrigação é um dos itens mais importantes para a modernização e o aumento da produtividade da agricultura brasileira.

“O crescimento das áreas irrigadas é um dos principais fatores que garantiram o suprimento de alimentos em décadas de explosão demográfica. Por isso a atenção do Governo Federal para fomentar cada vez mais a utilização sustentável da água no campo com o uso de novas tecnologias na agropecuária”, explicou Rocha.

---

**Mapa participa da Semana Verde Internacional de Berlim – Site do MAPA.  
17/01/2013**

Secretários do Ministério da Agricultura se reúnem com representantes da embaixada francesa em Berlim para discutir as relações de cooperação entre os dois países

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) está marcando presença na Semana Verde Internacional de Berlim com uma agenda de reuniões bilaterais com diversos países. O evento tem início dia 18 e se estende até 27 de janeiro.

Secretários do Ministério da Agricultura se reuniram com representantes da embaixada francesa em Berlim, nesta quinta-feira (17), para discutir as relações de cooperação entre os dois países. Entre os assuntos tratados se destaca a troca de experiências na área de auditoria, métodos de investigação de risco, além da importação de produtos brasileiros na área de laticínios, suínos e aves.

No final do encontro ficou acordado que técnicos dos dois países iniciem a partir de março reuniões para definir as ações que devem dar prosseguimento a esse processo. As negociações devem ocorrer durante o primeiro semestre deste ano.

De acordo com o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério, Ênio Marques, o Brasil tem uma relação bastante intensa com a França, que vem desde os anos 30. “Toda a legislação brasileira de inspeção de saúde animal e sanidade vegetal foi estabelecida na década de 1930 por médicos franceses. Agora Brasil e França pretendem estreitar novamente esses laços que começaram lá atrás”, completou o secretário.

---

**GT pretende melhorar ações sustentáveis dos recursos hídricos – Site do MAPA.  
17/01/2013**

*Grupo terá 30 dias para apresentar relatório com as estratégias, linhas de ação e atuação, bem como os instrumentos apropriados para a execução das atividades*

O Diário Oficial da União traz na edição desta quinta-feira (17) Portaria Interministerial dos Ministérios da Agricultura e Meio Ambiente com a criação do Grupo de Trabalho (GT) para a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos no meio rural. Entre outras linhas de atuação estão o uso de água no setor agrícola, microbacias hidrográficas, saneamento agrícola e drenagem. Além de promoverem o planejamento de ações de caráter hídrico no meio rural, participação e disseminação de projetos, programas e ações de cada ministério e iniciativas na área de ciência, tecnologia e inovação para melhorar a eficiência do uso da água no setor agrícola.

Os maiores benefícios decorrentes do GT incluirão o trabalho conjunto para definir estratégias e estabelecer prioridades para atender áreas irrigadas, atualmente em 5 milhões de hectares. Conforme Demetrios Christofidis, coordenador de Infraestrutura Rural e Logística da Produção do Ministério da Agricultura, também serão beneficiados os agricultores com aptidão, potencialidades e vocação para o desenvolvimento sustentável da agropecuária irrigada, que no Brasil estima-se sejam da ordem de 30 milhões de hectares, com maiores possibilidades de sucesso, considerando, otimização

no uso da água, com redução das quantidades de insumos, elevando a produção e evitando a degradação dos solos e das águas.

“Nos projetos existentes, também, serão observadas as práticas associadas com a qualidade das águas, o desenvolvimento das capacidades dos agentes e dos diversos setores envolvidos com a água e a agropecuária, orientações e demonstrações que incluam inovações, tecnologias e exemplos de manejo em práticas de preservação dos solos e melhorias na eficiência do uso da água no setor agrícola” explica o coordenador.

O GT, que terá cinco representantes de cada ministério, incluindo um técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Agência Nacional das Águas (Ana), terá 30 dias para apresentar relatório com as estratégias, linhas de ação e atuação, bem como os instrumentos apropriados para a execução das atividades.

---

### **Instituto ambiental diz que Açú salgou área – Folha de São Paulo. 17/01/2013**

*Empresa afirma que vai ampliar monitoramento*

O Instituto Estadual do Ambiente do Rio afirmou ontem que obras de construção do porto do Açú, da LLX, do empresário Eike Batista, causaram a salinização da água doce usada por agricultores de São João da Barra (RJ).

Segundo a presidente do Inea, Marilene Ramos, o problema ocorreu após falha no sistema que impedia que a água do mar se misturasse aos canais usados para irrigação, durante a dragagem da areia. Eventual multa à empresa será decidida na próxima semana.

A análise foi feita após estudo da Universidade Estadual do Norte Fluminense, revelado pela Folha em dezembro. É a primeira consequência ambiental direta detectada no empreendimento.

A LLX afirmou que monitora os níveis de salinidade em 40 pontos da área de influência do porto e que vai ampliar a análise, mas não comentou os impactos detectados pela Uenf e pelo Inea.

---

### **O melhor uso dos recursos biológicos. Rana Gosain – Valor Econômico. 17/01/2013**

O Brasil possui a maior biodiversidade do planeta. Desde os anos 1970 houve uma preocupação crescente para a necessidade de se preservar os recursos genéticos essenciais para a saúde, alimentação e agricultura. No início dos anos 1990, os países em desenvolvimento começaram uma batalha para garantir retornos financeiros pela exploração da sua biodiversidade.

Após a ratificação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Brasil, como muitos outros países, tomou a responsabilidade de estabelecer regras para o acesso aos recursos genéticos sob sua jurisdição e para proteger o conhecimento tradicional de comunidades locais e povos indígenas relevantes o sustentável da biodiversidade. Assim, a Convenção de 1992 sobre a Biodiversidade foi um avanço, pois reconheceu a

soberania dos países sobre seus recursos biológicos e, como resultado, o acesso aos recursos genéticos tornou-se sujeito à legislação nacional, e não mais uma herança que pertence à humanidade. Em fevereiro de 2010, o Brasil assinou o Protocolo de Nagoya, que se aplica aos recursos genéticos que são abrangidos pela CBD de 1992, e para os benefícios resultantes da sua utilização.

O Brasil já aprovou regulamentos relacionados a recursos genéticos, na forma de acesso e partilha de benefícios. Em 2001, o governo federal criou o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). A MP nº 2.186-16 estabelece que o acesso ao patrimônio genético e de qualquer conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou pesquisa de biodiversidade, está sujeito à autorização prévia do CGEN.

Em 2006, o CGEN publicou a Resolução nº 23, exigindo que os requerentes de patentes informassem ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) se o objeto do pedido de patente foi obtido ou não através do acesso a amostras de componentes de recursos genéticos. Essa resolução foi revogada pela Resolução subsequente MMA 34, que estipulava que, em conformidade com a MP 2.186-16, os requerentes devem informar sobre a origem do material genético e número de acesso autorizado concedidos pela autoridade competente nos casos em que o objeto do pedido de patente foi obtido por meio de acesso a recursos genéticos.

#### *O valor econômico da biodiversidade brasileira é difícil de ser medido*

Como resultado, o presidente do INPI publicou resoluções relacionadas a normas para pedidos de patente cujo objeto foi obtido como resultado do acesso a amostras de componentes de recursos genéticos em território nacional. Uma resolução anterior exigia que os requerentes apresentassem informações sobre o acesso a amostras de componentes de recursos genéticos para o depósito da patente de aplicação, mas foi revogada em favor da Resolução nº 207, de 2009, que atualmente permite que os candidatos enviem as informações após a apresentação dos depósitos junto ao INPI.

O instituto, desde então, emitiu inúmeras exigências sobre os requerentes para informá-los, dentro de um prazo de 60 dias, se a matéria da invenção foi obtida através de acesso à amostra de componente do material genético. As estatísticas mostram que a maioria dos depositantes atendeu a esses requisitos. A proposta da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI) é permitir que o requerente apresente as informações e número de autorização de acesso para os casos onde o acesso a amostras de material genético foi feito até a conclusão do processo de exame. Um prazo flexível para fornecer o número de acesso exigido autorizado ao INPI faz sentido, já que as empresas enfrentam uma tarefa hercúlea para obter a autorização do CGEN.

Para muitos pesquisadores, cientistas e bioprospectores, os conceitos de coleta e acesso à herança genética parecem ter um significado equivalente porque o texto da MP 2.186-16 não torna o conceito de acesso livre. O CGEN, por essa razão, emitiu no passado a Orientação Técnica nº 1, para esclarecer as diferenças entre o acesso e a coleta. A orientação considera como sendo o acesso ao nível molecular de um organismo ou de substâncias provenientes de seu metabolismo, enquanto que a coleta está relacionada à remoção de um organismo, no todo ou em parte, de condições *in situ*. Esta definição

serviu ao propósito de definir precisamente o acesso no contexto da biodiversidade brasileira.

O Congresso Brasileiro deverá ratificar o Protocolo de Nagoya neste ano e a Medida Provisória nº 2.186/16/2001 que seria melhorada para reduzir a burocracia e oferecer procedimentos e orientações mais claros. Há uma intenção séria de expandir agências federais certificadas para conceder autorizações em nome do CGEN. A este respeito, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia) estão sendo considerados. Finalmente, deve-se ter em mente que o valor econômico da biodiversidade brasileira é difícil de ser medido, embora alguns especialistas especulem que o seu valor é mais de US \$ 4 trilhões. Apesar desse enorme valor, não há nenhuma garantia de crescimento econômico e o desafio do Brasil é transformar a sua rica biodiversidade em desenvolvimento sustentável. Se o Brasil quer preservar sua riqueza de recursos biológicos com o uso sustentável, a legislação não deve ser excessivamente restritiva para inibir iniciativas de pesquisa e desenvolvimento com a colaboração de países parceiros.

*Rana Gosain é sócio no escritório Daniel Advogados*

*Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações*

---

## **Procuradoria questiona novo Código Florestal – Folha de São Paulo. 17/01/2013**

### *Ação pede suspensão provisória da legislação*

A Procuradoria-Geral da República enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) três ações questionando diversos pontos do novo Código Florestal que prejudicariam a proteção ao ambiente.

Segundo as ações, assinadas pela procuradora-geral interina, Sandra Cureau, diversos trechos do novo código representam um "retrocesso", pois reduzem e até extinguem áreas que eram protegidas em leis anteriores.

"A criação de espaços territoriais especialmente protegidos decorre do dever de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, de forma que essa deve ser uma das finalidades da instituição desses espaços", diz a procuradora numa das ações.

Nos pedidos, ela requisita uma suspensão provisória da legislação, até que o plenário do STF decida definitivamente sobre o tema.

Para ela, há o risco, caso a lei continue em vigor, de gerar efeitos "irreparáveis ou de difícil reparação".

Em outro pedido, ela questiona a constitucionalidade da anistia aos proprietários de imóveis rurais que degradaram áreas preservadas até 22 de julho de 2008.

"Se a própria Constituição estatui de forma explícita a responsabilização penal e administrativa, além da obrigação de reparar danos, não se pode admitir que o legislador infraconstitucional exclua tal princípio, sob pena de grave ofensa à Lei Maior", afirma.

Além disso, a procuradora-geral interina argumenta, na última ação, que a nova legislação permite ao proprietário rural contabilizar as áreas de preservação permanente como "reserva legal", o que representaria, na prática, uma redução dessa última, pois para ela os dois conceitos têm "funções ecossistêmicas diferentes".

---

### **CNA realiza seminários de capacitação para o Programa ABC – Site da CNA. 18/01/2013**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as Federações de Agricultura e Pecuária promovem, a partir da próxima semana, uma série de seminários de capacitação de técnicos e profissionais ligados ao setor agropecuário para a elaboração de projetos de implantação de práticas ambientalmente sustentáveis nas propriedades rurais. O objetivo é viabilizar a apresentação de propostas junto aos bancos para a obtenção de financiamento do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), lançado em 2010 pelo governo federal, disponibilizando linhas de crédito para estimular a adoção das melhores técnicas de produção nas fazendas brasileiras.

Até o final de fevereiro, estão programados 18 seminários em 18 Estados. O primeiro acontece na próxima terça-feira (22/01), em Macapá (AP). Na quarta-feira (23/01), as capacitações serão feitas em Florianópolis (SC) e Belém (PA). Na sexta-feira (25/01), o encontro acontece em São Luís (MA). No próximo dia 29, o seminário ocorre em Manaus (AM). No dia 30, o encontro será realizado em Aracaju (SE). Em 31 deste mês, haverá treinamentos em Vitória (ES), Recife (PE) e Boa Vista (RR). Os seminários prosseguem em fevereiro, a partir do dia 19, em Goiânia (GO) e Maceió (AL). No dia 21 de fevereiro, os encontros serão sediados em Cuiabá (MT) e Fortaleza (CE). Nos dias 25, 26, 27 e 28, as capacitações serão feitas em João Pessoa (PB), Belo Horizonte (MG), Natal (RN) e Campo Grande (MS), respectivamente. Os treinamentos serão ministrados por instrutores do Banco do Brasil e os interessados em participar das capacitações devem procurar as federações de agricultura e pecuária dos Estados onde haverá os seminários.

Com o Projeto ABC Capacitação, a CNA pretende estimular a adesão cada vez maior de produtores rurais à adoção de técnicas de produção sustentável nas propriedades rurais brasileiras. Neste contexto, a apresentação de um projeto viável para a implantação destas práticas é um dos principais requisitos para a obtenção de financiamento do Programa ABC junto aos bancos. Para a safra 2012/2013, estão disponíveis R\$ 3,4 bilhões dentro deste programa, com juros de 5% ao ano. Com estes recursos, os produtores poderão implantar em suas propriedades técnicas como a integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, recuperação de pastagens degradadas, reflorestamento e tratamento de dejetos animais, entre outras técnicas.

A iniciativa faz parte do Projeto ABC Capacitação, desenvolvido em parceria com a Embaixada Britânica, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Banco do Brasil,



Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas (Abraf) e Bradesco, para difundir práticas de baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no meio rural.

Para saber mais sobre o projeto de capacitação, e sobre o Programa ABC, basta acessar o Blog <http://www.canaldoprodutor.com.br/agriculturabaixocarbono>

---

### **Grupo interministerial discute política e programa para o setor, com apoio da sociedade civil. – Site do MMA. 18/01/2013**

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Juventude e Meio Ambiente terá duas reuniões em janeiro, com o objetivo de definir estratégias para elaboração de um programa nacional. Ele é integrado por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Foi instituído em 2012, com a missão de propor diretrizes para a criação da Política e do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, além de analisar as políticas relacionadas ao tema que atualmente são desenvolvidas pelos governos.

“Os jovens brasileiros, por meio de diversos movimentos e entidades sociais, cumprem uma função importante no debate socioambiental. Exatamente por isso, é necessária a formulação de uma política nacional que consolide canais de participação desses jovens nos debates sobre meio ambiente e sustentabilidade. Isso já vem ocorrendo com as conferências de juventude e de meio ambiente (adultos e infanto-juvenil), explica Alex Bernal, integrante do grupo de trabalho e analista ambiental do Departamento de Educação Ambiental. Entidades representativas da sociedade civil ligadas ao tema de juventude, meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade também podem ser chamadas para participar das discussões como convidadas.

Já foram realizadas duas reuniões no ano passado que serviram para definir os participantes do grupo de trabalho e para aprovar o regimento interno. As próximas reuniões, marcadas para os dias 21 e 28 deste mês servirão para estabelecer a formatação da política, definir conteúdos, estratégias e formas de consultas públicas. O prazo para encerramento das atividades do grupo é em maio deste ano, quando deverá ser entregue um relatório contendo a descrição das ações e os resultados obtidos.

### **CONTEXTO**

A criação de um Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, proposta que foi institucionalizada no Plano Plurianual de 2012/2015, é uma demanda antiga da juventude brasileira. O tema aparece como prioridade nas duas edições da Conferência Nacional de Juventude, além dos cinco Encontros Nacionais de Juventude e Meio Ambiente.

A criação do GTI é uma resposta a essa demanda, que também foi apresentada pelos movimentos juvenis durante edições da Conferência Infanto-juvenil, organizada pelo MEC e MMA, e reforçada durante o seminário “Ciclo de Debates Brasil Sustentável – O caminho para todos”, realizada às vésperas da Conferência das Nações Unidas Rio+20, que aconteceu no ano passado.

---

## **Agricultura sustentável em debate na Semana Verde – Site do MAPA. 19/01/2013**

*Incentivar a adoção de tecnologias de menor impacto ambiental está entre as prioridades do governo brasileiro para aumentar a produção agrícola e colaborar com a melhoria da segurança alimentar no mundo*

Em seu pronunciamento na 5ª edição do Fórum Global para a Alimentação e Agricultura (GFFA), evento paralelo à Semana Verde Internacional de Berlim, o vice-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, José Carlos Vaz, reafirmou os compromissos assumidos pelo País na Rio+20 de conciliar o aumento da produção agrícola com o desenvolvimento sustentável.

O encontro realizado neste sábado, 19 de janeiro, coordenado pela ministra alemã da Agricultura, Ilse Aigner, reuniu mais de 80 países em torno do debate sobre investimentos responsável nos setores de agricultura e alimentação.

Reproduzindo fala do ministro Mendes Ribeiro Filho, Vaz informou que incentivar a adoção de tecnologias de menor impacto ambiental está entre as prioridades do governo brasileiro para aumentar a produção agrícola e colaborar com a melhoria da segurança alimentar no mundo. “Uma das principais ações do País com essa finalidade é o Programa ABC, que incentiva práticas agrícolas que reduzem a emissão de gás carbônico”, lembrou.

Vaz ressaltou ainda a importância de acordo trilateral como forma de promover o desenvolvimento dos países mais necessitados. Citou como exemplo a parceria Brasil e Japão na transferência de tecnologia para o governo de Moçambique. “Somos uma referência quando o assunto é tecnologia agrícola adaptada ao clima tropical. Queremos compartilhar esse conhecimento com outras nações”, afirmou ao apontar a chamada Cooperação Sul-Sul que o Brasil desenvolve com países de solo e clima similares.

Ao encerrar sua participação no evento, Vaz formulou convite em nome do titular da pasta, Mendes Ribeiro Filho, para que os ministros presentes compareçam ao aniversário de 40 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que será realizado em abril. “Vamos comemorar anunciando os objetivos da Empresa para os próximos 20 anos, especialmente os de cooperação técnica internacional”, finalizou.

---

## **Governo Federal destina R\$132,5 milhões para assistência técnica de 26,5 mil famílias extrativistas na Amazônia – Site do INCRA. 21/01/2013**

O Incra lançou, nesta segunda-feira (21), chamada pública no valor de R\$132,5 milhões para seleção de entidades de assistência técnica no Acre, Amazônia e parte do Pará. O edital vai beneficiar 26.597 famílias que vivem em Reservas Extrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE) em situação de vulnerabilidade social. É a primeira vez que o Governo Federal destina recursos de assistência técnica específicos para a realidade dos agroextrativistas.

A ação faz parte da integração de políticas públicas do governo federal voltado para a reforma agrária. A assistência técnica para populações extrativistas concentra investimentos dos Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Meio Ambiente

e suas vinculadas, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Serviço Florestal Brasileiro. Esse esforço integra as ações do Plano Brasil sem Miséria, os programas Bolsa Verde, além do Programa Assentamentos Verdes, lançado pelo Inca em novembro passado.

Para o presidente do Inca, Carlos Guedes, trata-se de iniciativa inédita de cooperação técnica baseada na troca de saberes e fazeres. “O edital prevê uma assistência técnica que alia conhecimento técnico e científico com os saberes tradicionais dos povos das florestas. A iniciativa expressa uma das faces da Reforma Agrária brasileira, que incorpora o desenvolvimento territorial para estas populações que vivem de forma sustentável na Amazônia”, avaliou Guedes.

Saiba mais

De acordo com o edital, (Clique aqui) as prestadoras serão contratadas por um período de dois anos e meio (30 meses). O contrato poderá ser renovado por igual período, se houver interesse do Inca. As prestadoras vão atuar no planejamento, na execução e avaliação dos processos de organização social e na implantação de atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas e nos processos de comercialização, visando a segurança alimentar, a inclusão produtiva e social dessas famílias e o incremento da renda.

As entidades serão selecionadas de acordo com lotes, conforme os municípios, comunidades extrativistas e pólos que deverão ser atendidos. Foram organizados 19 lotes em quatro Superintendências Regionais (SR) do Inca: SR-14; Acre, SR-15; Amazonas, SR 01 –Pará- Belém, e SR 30; Oeste do Pará.

No total, serão beneficiadas 26.597 nos quatro estados, das quais 13.179 famílias vivem em 11 Unidades de Conservação (veja abaixo a lista completa), localizadas em 136 pólos de 22 municípios. Outras 13.418 famílias estão assentadas em 90 Projetos Agroextrativistas de 147 comunidades de oito municípios.

As entidades interessadas podem obter mais esclarecimentos pelo e-mail: [aterextrativista@inca.gov.br](mailto:aterextrativista@inca.gov.br) e o prazo de inscrição das propostas vai até o dia 25 de março.

---

### **Fundos regionais aplicam 90% dos recursos. Lucas Marchesini – Valor Econômico. 21/01/2013**

Os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO) conseguiram reverter o fraco desempenho registrado no primeiro semestre e terminaram o ano passado com a execução de R\$ 3,1 bilhões, 90% do montante disponível (R\$ 3,4 bilhões). Nos primeiros seis meses do ano, haviam sido aplicados apenas R\$ 47 milhões, 1,38% do total.

No caso do FDNE, toda a dotação - R\$ 2 bilhões -foi contratada em 2012. No FDA, R\$ 1,2 bilhão de um total de R\$ 1,4 bilhão tiveram o destino definido. O fundo do Centro-Oeste não usou os R\$ 110 milhões disponíveis. Os números fazem parte de balanço

preliminar do Ministério da Integração Nacional, obtido pelo Valor PRO, serviço em tempo real do **Valor**.

A diferença de desempenho se deve a alterações no funcionamento dos fundos, explicou o secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, Jenner Guimarães. A regulamentação da "financeirização" dos fundos foi publicada em 21 de dezembro, no "Diário Oficial da União". Por meio dela, o risco dos financiamentos com recursos dos fundos de desenvolvimento foi transferido do Tesouro para os bancos operadores, o que elimina o impacto sobre o superávit primário.

Esse era o principal fator que inviabilizava os fundos, disse Guimarães. "O recurso podia ser empenhado, mas na hora do repasse, dependia da disponibilidade do Tesouro."

Depois da publicação das novas regras, houve uma "correria" para aprovar os financiamentos pedidos ao longo do ano. "Como já esperávamos por isso, a ordem para a equipe técnica era de tocar a análise do projeto como se a financeirização já estivesse em vigor", disse Guimarães.

Para 2013, a meta do ministério é empenhar a totalidade dos recursos previstos para os três fundos - R\$ 5,1 bilhões. As dotações são de R\$ 1,521 bilhão para Centro-Oeste e Amazônia e R\$ 2,1 bilhões para o fundo do Nordeste.

Já os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) devem ter redução de quase R\$ 2 bilhões em seus repasses em 2013, na comparação com o que foi financiado ao longo de 2012.

Para este ano, a previsão é que o FNE realizará R\$ 11,5 bilhões em empréstimos. Já o FCO deverá repassar R\$ 4,9 bilhões. Para o FNO, a expectativa é de R\$ 4,5 bilhões. No total, serão R\$ 20,95 bilhões ao longo de 2013, abaixo dos R\$ 22 bilhões repassados ao longo de 2012. Desses recursos, R\$ 11,9 bilhões vão para o FNE, R\$ 5,8 bilhões pelo FCO e R\$ 4,3 bilhões pelo FNO.

A diminuição nas previsões de desembolso dos fundos é um efeito colateral das desonerações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), disse Guimarães. A previsão para 2013, classificada como "pessimista" por Guimarães, leva em conta "algumas desonerações de IPI vigentes em 2013", como nas vendas de caminhões e máquinas de lavar. Isso acontece porque os fundos são financiados com 3% da arrecadação sobre imposto de renda e do IPI.

Guimarães fez um balanço dos três fundos constitucionais desde que entraram em funcionamento, em 1989. Foram 800 mil aplicações, totalizando R\$ 36,5 bilhões para o FCO. O FNE repassou R\$ 82,3 bilhões em 4,5 milhões de operações. O FNO emprestou R\$ 23,3 bilhões em um total de 520 mil operações.

Por serem recentes, os fundos de desenvolvimento fizeram menos empréstimos. O FDNE repassou R\$ 5,5 bilhões desde 2008, quando fez o primeiro financiamento. O FDA emprestou R\$ 5,1 bilhões desde 2006.

---

## **PGR vai ao STF contra Código Florestal – O Globo. 22/01/2013**

*Anistia a desmatador e outros trechos são tidos como inconstitucionais*

BRASÍLIA A Procuradoria Geral da República (PGR) encaminhou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) três ações que questionam partes do novo Código Florestal. Para a PGR, é inconstitucional o tratamento do Código sobre as Áreas de Preservação Permanentes (APPs), sobre a redução da reserva legal, e a anistia para a degradação ambiental.

As ações pedem que sejam suspensos esses dispositivos do texto até decisão final sobre o assunto, e celeridade para o julgamento. A procuradora-geral da República em exercício, Sandra Cureau, responsável pela elaboração das ações, afirma que há inconstitucionalidade e retrocesso nos dispositivos questionados a reduzir e extinguir áreas consideradas protegidas por legislações anteriores. Segundo a PGR, estudos técnicos sustentam que as normas que questiona agora enfraquecem a proteção a essas áreas.

"A criação de espaços territoriais especialmente protegidos decorre do dever de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais, de forma que essa deve ser uma das finalidades da instituição desses espaços", diz Sandra Cureau em uma das ações.

A PGR também questiona a anistia para os responsáveis por degradação de áreas preservadas, até 22 de julho de 2008. O novo código exclui o dever de pagar multas e impede a aplicação de eventuais sanções penais, segundo as ações.

"Se a própria Constituição estatui de forma explícita a responsabilização penal e administrativa, além da obrigação de reparar danos, não se pode admitir que o legislador infraconstitucional exclua tal princípio, sob pena de grave ofensa à Lei Maior", alegou a procuradora.

Sobre a área de reserva legal, a PGR afirma que a nova lei permite redução. Segundo a PGR, o novo Código Florestal autoriza, por exemplo, a computar as áreas de preservação permanente como reserva legal. No entanto, essas áreas têm funções ecossistêmicas diferentes, mas, juntas, ajudam a conferir sustentabilidade às propriedades rurais.

Em outubro, após a aprovação e sanção do Código Florestal com vetos, pela presidente Dilma Rousseff, e edição de decreto regulamentando a lei, o ministro da Advocacia Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, defendeu a legalidade das medidas. Ele afirmou que não há violação do processo legislativo e que a decisão de sancionar ou vetar uma lei está entre as competências da presidente, estabelecidas pela Constituição.

---

## **Extensão rural e especialização em agroecologia são criadas para atender assentamentos do Cariri paraibano – Site do INCRA. 23/01/2013**

Um projeto do Núcleo de Extensão Rural Agroecológica (Nera) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) vai oferecer extensão rural agroecológica e especialização em Agroecologia de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater/Ates) para

assentamentos da Reforma Agrária paraibanos. O Projeto vai preparar docentes a partir dos princípios da Educação Popular de Paulo Freire e também resultará em propostas de inovações curriculares para cursos.

O objetivo – segundo o coordenador da pesquisa, o professor Rodrigo Machado Moreira, do Campus II da UEPB, em Lagoa Seca (PB) –, é capacitar especialistas em agroecologia e fortalecer a assistência técnica aos assentados do Cariri paraibano. “Os dois subprojetos serão focados em tecnologias sociais para a convivência com a seca, a partir do enfoque agroecológico e das especificidades locais”, afirmou.

A extensão rural agroecológica em assentamentos da região de Campina Grande (PB) será desenvolvida com o apoio das organizações dos Territórios da Cidadania da Borborema e do Cariri. Enquanto que o Curso de Especialização em Agroecologia e Educação do Campo, para professores, dirigentes e técnicos de Ates/Ater, ocorrerá em parceria com o Governo do Estado, as universidades federais de Campina Grande (UFCG) e da Paraíba (UEPB) e o Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB).

A meta é diagnosticar os problemas enfrentados pelos assentados e construir alternativas agroecológicas valorizando o conhecimento local; discutir o sistema agroalimentar da Revolução Verde; ampliar intercâmbios agroecológicos, a capacidade de elaborar projetos e propostas educativas e de ação em rede. A especialização vai formar docentes para cursos profissionalizantes de nível técnico e de graduação em agroecologia; fomentar a reflexão sobre as Políticas Nacionais de Assistência Técnica e de Agroecologia e Produção Orgânica, bem como sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

A pesquisa foi selecionada pela Chamada Pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012, aberta em 2012 pelo Incra/MDA e pelo CNPq, e receberá financiamento de R\$ 422 mil. O edital selecionou 34 projetos de 24 universidades brasileiras, entre 113 projetos inscritos. No total, serão investidos R\$ 40,5 milhões para projetos de pesquisa e extensão rural voltados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de assentamentos da Reforma Agrária. O outro projeto paraibano selecionado é o “Curso de Especialização em Capacitação e Desenvolvimento em Tecnologias Sociais Sustentáveis no Semiárido Paraibano”, que será promovido pela UFPB em parceria com o Instituto Nacional do Semiárido (Insa), com 50 vagas e investimento de cerca de R\$ 1 milhão.

## **Qualificação**

Rodrigo Machado Moreira é graduado em Medicina Veterinária, mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável e doutor em Agroecologia. Moreira também é diretor geral e extensionista agroecológico do Instituto Giramundo Mutuando, consultor de agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e professor da UEPB.

O Projeto é coordenado ainda por Beatriz Stamato, diretora do Instituto Giramundo Mutuando e professora visitante na UEPB. Psicóloga especializada em didática, organização escolar, extensão Rural e pesquisa participativa, Beatriz é doutora em *Innovación Curricular y Practica Socioeducativa*, pela Universidade de Córdoba (Espanha), e trabalha com educação popular organização comunitária, desenvolvimento

sustentável, eventos científicos e educativos, projetos e programas de extensão rural agroecológica. Ela também participou da Maestria Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Espanha, em Baeza (Espanha), e foi professora convidada do curso de Pós-Graduação no Instituto de Biociência e na Faculdade de Ciências Agrônomicas da Unesp/Botucatu.

Beatriz Stamato e Rodrigo Moreira já capacitaram, com outros profissionais de renome no Brasil e no mundo, centenas de estudantes, extensionistas, gestores, professores e pesquisadores da Emater, Seater, Cati, Itesp, Unesp, USP, Unicamp, Epagri, Incra, Embrapa, Universidade Federal de Lavras. Eles desenvolveram para o MDA, em 2007, os Cadernos Agroecológicos sobre os temas: Agroecologia; Desenvolvimento Rural Sustentável; Segurança Alimentar e Nutricional; Pecuária Leiteira Ecológica; Comercialização na Agricultura Familiar e Agricultura Familiar. Já em 2010, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento (MAPA) desenvolveram o Caderno de Planejamento do Manejo Orgânico. (Material atualizado às 13h10min, de 23.01.2013)

---

### **São Paulo é o estado que mais contrata pelo Programa ABC – Site do MAPA. 23/01/2013**

*Total de financiamentos obtidos por produtores em seis meses ultrapassa toda a safra 2011/12*

O Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) alcançou o melhor resultado desde que essa modalidade de financiamento foi criada. Foram contratados R\$ 1,7 bilhão entre julho e dezembro do ano passado, um aumento de 523% sobre os mesmos meses de 2011. O resultado ainda ultrapassa os R\$ 1,5 bilhão obtidos durante os doze meses da safra 2011/12.

Ao todo, foram firmados 4,5 mil contratos e os financiamentos representam 50,5% dos recursos programados para a safra entre julho de 2012 e junho de 2013, de R\$ 3,4 bilhões. Os dados foram divulgados pelo Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nesta quarta-feira, 23 de janeiro.

A região Sudeste registra os maiores volumes de financiamento, somando R\$ 784,2 milhões, com destaque para São Paulo (R\$ 477,2 milhões) e Minas Gerais (R\$ 281,5 milhões), os dois maiores estados em total de recursos. Os empréstimos obtidos por produtores do Sul totalizaram R\$ 392,5 milhões, valor próximo aos do Centro-Oeste (R\$ 383,1 milhões).

“A demanda por recursos de financiamento de investimento no ABC apresenta uma tendência de crescimento nos próximos anos à medida que o programa se torna mais conhecido pelos produtores rurais”, afirmou o secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller. Ainda de acordo com ele, a expectativa é de contratação de todos os recursos disponíveis para a safra.

A avaliação atualizada mensalmente das contratações do crédito agrícola é realizada pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola do Mapa.

Clique aqui para baixar a tabela com a distribuição regional dos recursos do Programa ABC.

---

### **US\$ 32 milhões financiarão projetos de regularização ambiental no bioma – Site do MMA. 23/01/2013**

O Programa de Investimentos em Florestas (FIP, sigla em inglês), ação internacional de apoio à gestão sustentável de florestas, está investindo US\$ 32 milhões em financiamento de projetos de regularização ambiental nos estados do bioma Cerrado. O objetivo é fortalecer a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), apoiando a agenda de regularização ambiental de imóveis rurais. Para discutir como devem ser elaborados os projetos e ouvir os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, responsáveis pela elaboração das propostas, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) promove, nesta quinta-feira (24/01), na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília, oficina de consulta pública e discussão da ação, conhecida como Projeto CAR-FIP.

“O projeto prevê ações relacionadas à implantação de campanhas de divulgação e mobilização dos agricultores e a coordenação de infraestrutura de apoio aos estados e municípios que farão o CAR”, destaca o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral. Segundo ele, dessa forma, será possível contribuir e fortalecer a implantação do CAR nos onze estados inseridos no bioma Cerrado e Pantanal: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. “

### **ESCALA**

O CAR nos estados e municípios do Cerrado dá escala as ações que reduzem o desmatamento, a degradação florestal e, por consequência, as emissões de gases de efeito estufa. “Ao apoiar a agenda de regularização ambiental de imóveis rurais, será possível aprimorar a gestão ambiental de forma ampla, sobretudo a fiscalização e o monitoramento do desmatamento e a degradação da vegetação natural”, diz Cabral. Para ele, a regularização ambiental também permite aos proprietários dos imóveis ter acesso aos recursos financeiros do Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC), propiciando o uso sustentável das áreas degradadas e contribuindo para a redução da pressão para o desmatamento em outras áreas florestais.

Esta é a segunda de uma série de quatro oficinas voltadas à elaboração de Projetos CAR-FIP. O primeiro encontro foi em Palmas (TO), e envolveu representantes dos estados de Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As próximas três oficinas serão em Brasília. Nesta quinta-feira (24/01) reunirá representantes do setor do agronegócio. Dia 30/01 o debate será com entidades da agricultura familiar e de populações tradicionais, organizações do terceiro setor e instituições acadêmicas. Já o encontro do dia 31/01 será com órgãos governamentais de meio ambiente, agricultura,



assistência técnica rural, entre outros, dos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Piauí, Bahia e Distrito Federal.

## **SAIBA MAIS**

O Projeto CAR-FIP foi criado no âmbito dos Fundos de Investimento Climático (CIF, sigla em inglês), ação internacional que visa catalisar políticas, medidas e mobilizar fundos para facilitar a redução do desmatamento e da degradação florestal. Neste caso, o Brasil foi selecionado como país piloto para o recebimento de investimento e definiu o Cerrado, segundo maior bioma do País e da América do Sul, para aplicação desses recursos. O Projeto CAR-FIP será financiado por meio de empréstimo de US\$ 32,5 milhões, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Para o detalhamento do Projeto CAR-FIP, além da realização das oficinas de consulta pública, várias ações estão sendo realizadas para levantamento, organização e sistematização de dados e informações junto aos órgãos públicos estaduais e federais e demais entidades envolvidas, em especial para o planejamento em cada um dos estados abrangidos, incluindo visitas técnicas in loco. “Ressaltamos aqui a importância desse processo participativo para a elaboração dos projetos, a fim de conhecer as demandas, oportunidades e dificuldades dos diferentes atores envolvidos”, finaliza o secretário Paulo Cabral.

---

### **Plantio de floresta precisa de planejamento para trazer lucratividade, diz pesquisador – Site da CNA. 24/01/2013**

O rendimento financeiro das florestas está diretamente ligado ao tempo de cultivo total das árvores. O corte feito com quatro anos após o plantio tem rendido em médio de R\$ 20 reais o metro cúbico. Após oito anos a renda sobe para R\$ 30 reais e com doze anos de cultivo, pode alcançar R\$ 150 reais o metro cúbico. A informação foi repassada aos produtores rurais durante o Showtec 2013, em Maracaju (MS), nessa quinta (24).

De acordo com o biólogo e pesquisador da Fundação MS, Alex Melotto, o plantio de floresta representa uma nova fronteira de produção no Estado, alavancando a economia e incentivando a industrialização. Para o produtor rural, o primeiro passo é a escolha do tipo de produção. “É preciso ver a demanda local de celulose ou madeira antes de iniciar o plantio para que mais tarde o produtor não fique na mão”, diz. Além de analisar a demanda no mercado, outros detalhes devem ser levados em consideração. “Levantar a disponibilidade de mão de obra local, se o comércio de insumos da região atende e se estradas e pontes na região vão facilitar o escoamento”, complementa.

A utilização da floresta na integração com outras culturas é ainda mais rentável. Segundo Melotto, a atividade aplicada juntamente com a pecuária tem trazido mais produtividade animal. “Fora o lucro com a venda das árvores, o produtor levará de quebra para sua propriedade um sistema climático eficiente. As árvores podem reduzir até 8 graus nas horas mais quentes do dia e aumentar até 6 graus no dias mais frios do ano, mantendo o conforto térmico animal, evitando que os mesmos tenham desgaste energético com aquecimento e refrigeração corporal”, explica o pesquisador. Para o meio ambiente, as florestas aumentam a penetração de água no solo e são fontes de alimento e abrigo para a fauna.

O Showtec 2013 tem como tema a “Diversificação do Agro para um Brasil Melhor” e acontece de 23 a 25 de janeiro, na sede da Fundação MS em Maracaju (MS). Essa é a 17ª. edição da Feira, realizada pela Fundação MS e promovida pelo Sistema FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de MS, Sistema OCB/MS – Organização das Cooperativas Brasileiras, e Aprosoja/MS – Associação de Produtores de Soja de MS.

O evento, que tem entrada franca, tem como apoiadores o Governo do Estado de MS, por meio da Fundems – Fundo para o Desenvolvimento das Culturas de Milho e Soja, da Seprotur – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo, da Agraer – Agencia de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, Fundect - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia, Embrapa, Sebrae, Biosul, Sicredi, Prefeitura de Maracaju, Crea-MS, Aeams e Fundação Agrisus.

---

### **CAR recebe apoio internacional. Site do MMA. 24/01/2013**

*Iniciativa é a estratégia brasileira de controle do desmatamento e redução das emissões de gases efeito estufa*

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) faz parte da estratégia brasileira de controle do desmatamento e redução das emissões de gases efeito estufa. A afirmação foi feita pelo secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Cabral, na tarde desta quinta-feira (24/01), durante oficina de consulta pública do Projeto CAR-FIP, na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília. O encontro reuniu lideranças do governo e setor privado ligados ao agronegócio, com o objetivo de colher sugestões e discutir a elaboração de projetos de regularização ambiental financiados com linha de crédito de US\$ 32 milhões do Programa de Investimentos em Florestas (FIP, sigla em inglês).

“A aprovação do Código Florestal define a obrigatoriedade do CAR como instrumento primordial para uso do solo no país, com a preservação da Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APPs), vegetação nativa e matas ciliares, topos de morro e nascentes de rios”, destacou o secretário. Para ele, uma gestão ambiental efetiva, inclusive com objetivo de reduzir o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa, requer instrumentos que levem os produtores e posseiros de imóveis rurais a manter ou restaurar a cobertura vegetal na RL e APPs. E isso vem junto com a regularização ambiental, possível agora em todo o Brasil com o CAR.

### **PROJETOS**

O Projeto CAR-FIP irá fomentar propostas nas 11 unidades da federação que integram os biomas Cerrado e Pantanal: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. O objetivo é garantir suporte técnico para os órgãos estaduais de meio ambiente, que, pela figura da nova Lei Florestal, são responsáveis pela execução e implantação do CAR, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. Os produtores que aderirem ao CAR também contarão com apoio do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), ação

governamental de apoio e financiamento às práticas agrícolas sustentáveis.

Representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Embrapa, Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e federações de agricultura de diversos estados participaram da oficina. Segundo o analista da OCB Marco Olívio Morato, o CAR vem para facilitar a vida do produtor rural e cooperado. “Com o incentivo de ações internacionais como o FIP, o sistema será cada vez mais fortalecido, de modo que a regularização ambiental torne-se uma realidade para o produtor brasileiro”, disse o representante da OCB, parceira do Ministério do Meio Ambiente no cadastramento ambiental rural.

---

### **Amazônia terá inventário florestal – Site do MMA. 24/01/2013**

*Governo libera R\$ 65 milhões para que o país conheça melhor as suas florestas*

O Fundo Amazônia destinará R\$65milhões para a realização do Inventário Florestal Nacional (IFN). O contrato foi assinado na tarde desta quinta-feira (24/01), pela ministra do Meio Ambiente, Izabel Teixeira, e pelo diretor da Área de Meio Ambiente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Guilherme de Lacerda. Os recursos, não reembolsáveis, destinam-se à implantação do Inventário no bioma Amazônia e deve ser concluído em 48 meses.

A ministra explicou que o inventário será realizado em todos os estados, permitindo conhecer os ecossistemas florestais do Brasil. O mapeamento, já realizado em Santa Catarina e no Distrito Federal para testar o modelo proposto, ocorrerá em 22 mil pontos de amostras no país, sendo 4 mil deles somente na região Amazônica.

### **INTEGRAÇÃO**

A finalidade do inventário, segundo Lacerda, é conhecer a realidade para integrar e dar maior eficácia às políticas públicas. Na Amazônia, o chamado Arco do Desmatamento reflete o resultado das rápidas mudanças provocadas na terra pelo desmatamento. O IFN permitirá o monitoramento da qualidade das florestas na região.

Para o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Antônio Carlos Hummel, este inventário é único no mundo e tem importância global: “Conheceremos as florestas por dentro”, argumentou. Ele lembrou que o primeiro e único inventário florestal abrangendo todo país foi realizado na segunda metade da década de 1970 e os resultados divulgados em 1983.

“O Brasil, é um país florestal, já que conserva 60% de cobertura original, nativa”, acrescentou Hummel. Ele explicou que o levantamento é uma ação do governo federal e está em andamento, com informações baseadas na coleta de dados feitos diretamente em campo, em locais previamente definidos, chamados de pontos amostrais.

### **RETRATO FIEL**

---

A realização do Inventário Florestal Nacional na Amazônia permitirá a formação de um panorama abrangente sobre a qualidade e as condições do que hoje se conhece como cobertura florestal. As espécies arbóreas existentes, o estoque de biomassa e carbono, a qualidade dos solos, o nível de degradação das florestas e a saúde e vitalidade das árvores, por exemplo, poderão melhorar a formulação e a implantação de políticas públicas.

O levantamento dará informações sobre as características da vegetação em áreas desmatadas e que se encontram em processo de regeneração por abandono ou outras razões. O IFN também revelará a percepção das populações locais sobre a existência, uso e conservação dos recursos florestais. Para cada um dos pontos amostrais, serão entrevistados moradores em um raio de até dois quilômetros quadrados.

Para fazer o levantamento de campo, tanto de dados biofísicos quanto os socioambientais, as equipes receberão treinamento na metodologia nacional. Também serão feitas parcerias com os governos estaduais, universidades e instituições de pesquisa da região.

---

### **Mapa estimula produtores rurais a aderirem PI Brasil – Site do MAPA. 25/01/2013**

Produção Integrada Agropecuária em conjunto com instituições parceiras é um sistema de produção sustentável baseado nas boas práticas agrícolas

A Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), destinou, desde o ano 2000, R\$ 26 milhões em 150 projetos, que envolvem 30 cadeias produtivas agrícolas em diferentes regiões do Brasil.

A PI Brasil, em conjunto com instituições parceiras, é um sistema de produção sustentável baseado nas boas práticas agrícolas. O sistema gera alimentos seguros e outros produtos de alta qualidade, mediante a aplicação de recursos naturais e a substituição de insumos poluentes, garantindo a sustentabilidade e viabilizando a rastreabilidade da produção agropecuária.

Os produtores são auditados por empresas certificadoras credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para garantir a qualidade dos alimentos e demais produtos agrícolas. O produtor que obter a certificação pode utilizar o selo “Brasil certificado Agricultura de Qualidade” em seus produtos.

Para se certificarem, os produtores devem seguir Normas Técnicas Específicas construídas em parceria com a pesquisa, extensão e demais agentes da cadeia produtiva, trazendo consigo, além da garantia de um produto diferenciado, a redução dos custos de produção e conseqüentemente maior rentabilidade para os produtores brasileiros. Atualmente, existem 16 Normas técnicas específicas publicadas sobre o tema. Para 2013, a intenção é publicar mais 10 normas.

A adesão ao PI Brasil é voluntária. O produtor que optar pelo sistema terá que cumprir as normas técnicas de cada cultura ou grupo de culturas. As normas estão relacionadas à

capacitação de trabalhadores rurais, monitoramento da lavoura, rastreabilidade e responsabilidade social e ambiental.

“A intenção do Mapa é estimular o setor produtivo a aderir o sistema de produção sustentável, dando garantias de um produto de qualidade mais saudável”, ressalta o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Caio Rocha.

---

### **Índios 'alugam' terras para exploração ilegal de madeira. Aguire Talento – Folha de São Paulo. 26/01/2013**

*Na Amazônia, ao menos 15 áreas foram loteadas para madeireiros desmatarem. Negociações envolvem preços módicos, itens eletrônicos, bebidas e prostitutas, dizem servidores da FUNAI.*

Índios da Amazônia têm loteado e "alugado" terras para madeireiros desmatarem e retirarem madeira de forma ilegal -e a preços módicos.

A Folha identificou casos em ao menos 15 áreas indígenas (no Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia), com base em investigações da Polícia Federal, Ministério Público e relatos de servidores da Funai (Fundação Nacional do Índio).

Nas transações, madeireiros pagam R\$ 15 pelo m<sup>3</sup> da madeira, depois revendida por preços na casa dos R\$ 1.000, de acordo com a PF.

Além de pagamento em dinheiro, os índios também aceitam aparelhos eletrônicos, bebidas ou até mesmo prostitutas, conforme relatos de funcionários da Funai.

A madeira ganha aspecto de legalidade pelo uso de planos de manejo aprovados legalmente para outras áreas. Chega assim ao mercado.

Fora da Amazônia, a prática é menos comum, por haver menos madeira disponível com interesse comercial.

As terras indígenas representam 21,2% da Amazônia Legal. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais apontam que o desmatamento ainda não chegou a grandes proporções nessas áreas -atingiu até agora 1,29%.

Além da madeira, também existem investigações sobre o envolvimento de índios na extração de minério.

#### **SEM CONTROLE**

Na terra indígena Anambé, em Moju, no Pará (a 266 km de Belém), relatório da Funai diz que os índios, após alugarem parte do território a madeireiros, acabaram perdendo o controle sobre a área.

O posto da fundação que ficava no local foi abandonado após um funcionário ter sido ameaçado por madeireiros. O local será reativado.

Uma das índias afirmou à Folha que a maioria dos índios era contra o loteamento. "A gente tenta mostrar que o desmatamento não é bom para nós. Mas mesmo assim tem muitos que vendem [a madeira]. Dinheiro vicia a pessoa", disse Maria Anambé, 36.

Relatórios de fiscalização apontam que a madeira do local é levada para Tailândia, polo madeireiro do sudeste do Pará e que foi alvo, em 2008, da Operação Arco de Fogo, do Ibama e da PF.

Em Mato Grosso, a PF detectou o problema em 2007 no Parque Nacional do Xingu, uma das maiores áreas indígenas do mundo.

A Justiça Federal chegou a bloquear bens de madeireiros. A decisão dizia que os índios "não só foram aliciados para facilitar a ação [...] como se tornaram agentes ativos e destacados na extração e comercialização de madeiras".

Em Rondônia, o líder indígena Almir Suruí, da terra Sete de Setembro, diz que já informou a Funai sobre a convivência de moradores de algumas das 25 aldeias da área.

"Eles falam que não podem mandar fiscalização porque tem índio envolvido. Se tem, para mim é bandido como quaisquer outros. Além de roubar o próprio povo, rouba um bem da União."

---

### **Um abismo diante de nós. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 26/01/2013**

*A ação da procuradora-geral da República em exercício contra o Código Florestal atenta contra a democracia*

A Procuradora-Geral da República em exercício aproveitou sua interinidade para propor ao Supremo Tribunal Federal três Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) contra 23 dispositivos do novo Código Florestal, pedindo, aliás, suspensão de sua vigência enquanto estiver pendente o julgamento.

Talvez seja a primeira vez que um diploma legal sofre uma arguição de constitucionalidade em tal extensão. Se reconhecida a condição alegada, cairá por terra todo um código debatido e votado livremente nas duas Casas do Congresso, após dez anos de discussão no lugar institucional próprio e, enfim, sancionado com alguns vetos pelo Poder Executivo. E com ele cairá também, de forma irremediável, o modo democrático de funcionamento do Estado brasileiro. É disso que se trata.

A votação do Código Florestal foi um episódio especial e raro na vida do Parlamento brasileiro e no modo como se fazem as leis. O processo lento permitiu que todas as visões da matéria fossem amplamente defendidas, com total transparência. Ao final, os legisladores sabiam exatamente o que estavam votando. Entre todas as visões em disputa, algumas prevaleceram e outras foram rejeitadas.

Tudo foi feito sob a luz da imprensa livre. Venceu o ambientalismo republicano, que produziu a legislação ambiental mais restritiva e protetora da natureza de que se tem notícia em todo o mundo. Instituições de preservação, como a reserva legal e a proteção

das margens dos cursos d'água, que só existem no Brasil, foram sacramentadas. Tudo às expensas do proprietário: benefícios sociais e custos privados!

A sociedade democrática pressupõe pluralidade de visões de mundo e de valores. Os conflitos resultantes dessa pluralidade não se resolvem pela imposição autocrática nem pelos meios da burocracia do Estado. Têm de ser resolvidos exclusivamente no espaço da política ou estaremos vivendo em regime autoritário.

Apenas os agentes eleitos pelo povo soberano podem dar a última palavra nessa matéria. Só a eles o povo delegou, por meio de eleições livres, esse poder.

No Brasil, estamos vivendo uma situação perigosa. Como já advertiu publicamente o desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, "personagens não eleitas tentam governar os destinos da comunidade". E disse ainda: "O Poder Judiciário não pode servir de trampolim para o exercício arbitrário e ilegítimo do poder político por quem não foi eleito". Concordo com todas as letras. Estamos sob o risco de uma judicialização totalitária.

Em relação a todos os dispositivos arguidos, havia claramente duas posições opostas no Congresso. Uma visão foi amplamente vencedora, em virtude dos votos de quem tinha autoridade legítima e exclusiva para fazê-lo.

A arguição da procuradora adota, sem nenhum disfarce, todos os pontos de vista vencidos, querendo mudar, por meio de instituições não eleitas, o resultado do jogo democrático. Torna vencido o vencedor e vencedor o vencido.

A prevalecer essa distorção, estará abolido o modo de funcionamento democrático do Estado brasileiro. O Congresso não será mais necessário. Nem o controle do Executivo, por meio do poder de veto. Tudo será resolvido por instituições que não estão sob os limites do controle social e democrático.

Não se trata aqui, portanto, de uma mera discussão de tecnicidades jurídicas sobre a lei ambiental. Trata-se de definir onde se decidem, no Brasil, as visões de mundo e de valores: se no campo político e democrático do Parlamento, com a participação da sociedade, ou nos palácios da burocracia judicial.

Ao assumir integralmente pontos de vista políticos manifestados e derrotados numa votação parlamentar, sob a desculpa de contrariar vaguezas da Constituição, a procuradora da República nos arremessou a um questionamento: a vida social, de agora em diante, não deverá mais ser regulada nos espaços democráticos?

A sociedade brasileira precisa despertar para esse grande abismo que se abre diante de nós.

---

### **Projeto vai promover recuperação de área produtiva degradada – Site do MAPA. 28/01/2013**

Recuperar áreas produtivas degradadas com a promoção de alternativas sustentáveis de produção agropecuária para o Bioma Amazônia. Esse é o objetivo do Projeto de

Recuperação de Áreas Degradadas da Amazônia (PRADAm), em fase de implementação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em parceria com Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO do Brasil).

Para promover a adoção das boas práticas agropecuárias e de sistemas sustentáveis de produção, serão criadas unidades de teste e demonstração e unidades de referência tecnológica, utilizadas como exemplo de produção sustentável. A criação do programa foi realizada pela Coordenação de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos (CMSP) da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) do Mapa.

De acordo com o coordenador da CMSP, Elvison Ramos, essas unidades serão instaladas prioritariamente nos municípios localizados no chamado "arco do desmatamento da Amazônia" e "territórios da cidadania", com possibilidade de serem replicadas em outras localidades. "Queremos viabilizar alternativas de produção sustentável para região, de forma a auxiliar na redução do desmatamento da floresta e contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura de baixa emissão de gases de efeito estufa", explica.

As áreas de atuação do Projeto com o apoio do PRADAm ainda serão definidas. Com base em informações dos Grupos Gestores Estaduais do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) e do estudo Terra Class, consultores vão analisar a área produtiva degradada na Amazônia que pode ser beneficiada pelo projeto. Além disso, eles vão propor os lugares estratégicos para a instalação das unidades demonstrativas e prepararão uma série de ações de capacitação sobre as tecnologias previstas pelo Plano ABC.

Segundo Ramos, técnicos e produtores rurais serão capacitados em tecnologias de recuperação de áreas de pastagens degradadas e de produção agropecuária sustentável. Dentre as boas práticas agropecuárias estão o Sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Sistemas Agroflorestal e Silvistoril e Sistemas de Plantio Direto.

O PRADAm também atende as demandas previstas pelo Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

---

### **Ruralistas se articulam para derrubar vetos de Dilma no Código Florestal – Site do MST. 28/01/2013**

Mal entrou em vigor, o novo Código Florestal (Lei 12.651/12) inicia 2013 em meio a polêmicas. No Congresso, a bancada ruralista se articula para derrubar os vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, ao texto.

O vice-líder do DEM e integrante da Frente Parlamentar do Agronegócio, deputado Ronaldo Caiado (GO), quer aproveitar a análise de mais de 3 mil vetos presidenciais, que o Congresso poderá fazer em fevereiro, para resgatar o texto aprovado pelos parlamentares, sobretudo quanto à recuperação de áreas de preservação permanente (APPs).



"Foi acordado que a recuperação das áreas que já estão produzindo teriam uma escala em menor proporção, ou seja, elas teriam de ser avaliadas sobre a real necessidade de sua preservação. E, no caso dos cursos d'água acima de 10 metros, teríamos uma graduação menor na metragem. Esse foi o acordo feito e que, infelizmente, não foi respeitado pela presidente", argumenta Caiado.

### **Vetos**

O projeto original (PL 1876/99) do novo código, aprovado pelos parlamentares em maio do ano passado, já havia sofrido vetos parciais, que foram complementados pela Medida Provisória 571/12. Essa MP (convertida na Lei 12.727/12), porém, após ser modificada pelos parlamentares, também teve nove itens vetados por Dilma, em outubro, sob o argumento de não anistiar desmatadores e garantir a inclusão social no campo.

Desde então, um decreto presidencial resgatou a chamada "escadinha", que traz regras diferentes de recomposição das margens desmatadas de rios, de acordo com o tamanho da propriedade.

### **Ministério Público**

O novo Código Florestal também é alvo de três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) movidas pela Procuradoria Geral da República (PGR), no Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público questiona vários dispositivos da nova lei, entre eles a definição de APPs, a redução da reserva legal e a chamada anistia para quem desmatou até julho de 2008. O Partido Verde divulgou nota em apoio à iniciativa dos procuradores.

O coordenador de política e direito do Instituto Socioambiental, Raul do Valle, avalia que, apesar do atual momento de insegurança jurídica, o pior cenário seria a manutenção de uma lei que, segundo ele, possui itens inconstitucionais e que afetam o equilíbrio ecológico. "Não há dúvida de que haverá insegurança jurídica. Esse é o preço que os parlamentares que quiseram aprovar essa lei colocaram para a sociedade."

Valle lembra que, na história recente do Supremo, poucos casos de relevância e complexos como a legislação ambiental foram decididos rapidamente. "Então, nesse contexto, acho que o ideal é implementar a lei e aguardar o que vai mudar. Acho difícil o STF derrubar a lei inteira, mas, muito provavelmente, retirará alguns pontos importantes, sobretudo no que diz respeito à anistia", complementa.

Nas ações encaminhadas ao Supremo, o Ministério Público pede a concessão de liminar para a suspensão imediata dos dispositivos questionados no novo código, até o julgamento final do caso.

---

### **Pesquisa vai apontar custo de produção do eucalipto em MS – Site da CNA. 28/01/2013**

Um grupo de representantes de entidades de ensino, pesquisa e do setor produtivo e empresarial estiveram reunidos na última sexta-feira, 25 de janeiro, para elaboração de uma pesquisa que vai apontar o custo de produção de eucalipto em Mato Grosso do Sul. A pesquisa, que irá utilizar metodologia da Universidade Federal de Viçosa (MG), vai

levantar os preços dos principais insumos da cadeia produtiva. A iniciativa conta com o apoio da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

“O objetivo é proporcionar ao produtor rural informações para que ele planeje sua atividade. O primeiro passo é analisar para quem ele vai vender e assim saber o que vai plantar”, explica o engenheiro agrônomo da Federação de Agricultura e Pecuária de MS (Sistema FAMASUL), Leonardo Carlotto. Os resultados, que devem ser divulgados no final de fevereiro, serão trabalhados em uma cartilha de orientação.

A reunião do grupo de trabalho para custificação da produção de eucalipto no MS, feita durante o Showtec 2013, em Maracaju (MS) contou com a participação de representantes da Famasul, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MS), da Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas de MS (Reflor), da Embrapa e do Grupo Mutum.

**Eucalipto** - Em Mato Grosso do Sul, a área plantada de eucalipto chega a 600 mil hectares, segundo dados da Reflore, o que representa um aumento de 500% se comparado aos 120 mil hectares em 2006. A previsão é de que o território destinado ao seu cultivo chegue em 1 milhão de hectares até 2030.

Os principais gargalos do setor são a falta de mão de obra qualificada, altas cargas tributárias e a falta de infraestrutura e logística para escoamento da produção. “A produção de eucalipto precisa de planejamento porque é uma atividade que vai gerar renda após sete anos de cultivo”, complementa o presidente da Reflore, Dito Mário.

---

### **Restrições a crédito rural protegem Amazônia. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 29/01/2013**

Condicionar o crédito rural na Amazônia a produtores que estejam em dia com as exigências fundiárias e ambientais é uma iniciativa eficaz para reduzir o desmatamento. No período entre 2008 e 2011, quase R\$ 3 bilhões em créditos rurais não foram contraídos por esse motivo, o que impediu o desmatamento de mais de 2.700 km<sup>2</sup> de floresta, ou 15% do total derrubado naqueles quatro anos. Ou seja: esse tipo de política pública é eficiente para conter a pressão sobre a Amazônia.

Essas são conclusões de um estudo pioneiro conduzido por pesquisadores da ONG Climate Policy Initiative (CPI), que analisa a eficiência de políticas públicas, que buscam promover o crescimento de países rumo a economias de baixa emissão de carbono. A matriz da CPI, financiada pelo investidor George Soros, fica em San Francisco, nos EUA. No Brasil, o escritório da ONG está localizado na PUC do Rio de Janeiro.

O estudo avaliou os efeitos da restrição de crédito rural, estabelecida pela resolução 3.545, do Conselho Monetário Nacional (CMN), em fevereiro de 2008. Ela determinava condições para o crédito rural nos municípios do bioma Amazônia. Os mutuários tinham que apresentar provas de que suas propriedades estavam em conformidade com o previsto pela legislação ambiental. Trata-se de uma fonte importante de financiamento da agricultura brasileira. Segundo o Ministério da Agricultura, 30% da safra brasileira é financiada pelo crédito rural. "Estamos falando de uma política que é relevante", diz o economista Juliano Assunção, coordenador do estudo.

Ele lembra que a medida foi uma das ações do governo para combater o desmatamento, que havia atingido o pico em 2004, com 27 mil km<sup>2</sup> desmatados. Em 2008, os esforços buscaram ter mais foco. Os municípios prioritários foram identificados e o governo adotou sanções.

Os pesquisadores analisaram mais de 4 milhões de contratos de crédito entre 2002 e 2011. Compararam os pedidos de crédito de produtores do bioma Amazônia com um universo maior, os produtores de municípios da Amazônia Legal. Compararam também o comportamento de produtores afetados pela resolução com aqueles não afetados, como os da agricultura familiar. A ideia era descobrir quanto deixou de ser desembolsado de crédito e qual a queda no desmatamento proporcionada pela redução.

A estimativa do estudo "Crédito Afeta Desmatamento? Evidência de uma Política de Crédito Rural na Amazônia" é que R\$ 2,9 bilhões em crédito rural não foram contraídos entre 2008 e 2011, em função das restrições da resolução 3.545, o que teria impedido desmatamento de mais de 2.700 km<sup>2</sup> de floresta.

"Esse resultado acontece de maneira heterogênea na Amazônia", diz Assunção. O impacto da restrição de crédito e de redução no desmatamento foi significativo em municípios onde a pecuária é a principal atividade econômica. Afetou menos as taxas de desmatamento nas cidades onde a produção agrícola é predominante.

"Talvez isso signifique que os municípios de vocação agrícola têm produção mais organizada e estão mais em conformidade com as regras ambientais e fundiárias", afirma Assunção. "O que se sabe é que a pecuária na Amazônia não é intensiva", diz. Os pecuaristas usariam o crédito para aumentar a produção abrindo mais a fronteira agrícola.

"Do ponto de vista teórico, a relação entre crédito e desmatamento é ambígua", explica Assunção, diretor do CPI-Rio e professor do departamento de economia da PUC-Rio. Por um lado, os produtores poderiam usar o crédito para aumentar sua produtividade, comprando máquinas e fertilizantes. "Mas talvez a falta de crédito induzisse os produtores a aumentar a pressão sobre a floresta", diz. O resultado mostrou que o crédito com condições reduziu o desmate.

Assunção lembra, contudo, que existe uma força latente na região para usar recursos para atividades econômicas que desmatam. "Políticas que envolvam o pagamento de serviços ambientais têm que levar isso em conta", diz. "O estudo indica que é preciso ter cuidado especial com condicionantes atreladas a esse tipo de política e a necessidade de monitoramento."

---

### **Contra a seca, simplicidade – Site do MMA. 29/01/2013**

*Prefeito relata práticas adotadas na sua região que auxiliam no convívio com a estiagem*

Um velho problema do Nordeste e semiárido brasileiros pode ser enfrentado com práticas simples e já conhecidas por produtores e comunidade local. O prefeito de Poção (PE), Padre Cazuza, relatou, na tarde desta terça-feira (29/01), ao secretário de

Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme Cabral, e ao diretor de Combate à Desertificação, Francisco Campello, durante o Encontro Nacional com Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, as práticas adotadas na sua região que podem auxiliar no convívio com a desertificação e a seca.

“Há alguns anos encontramos os dois últimos pés de jequitibá no nosso município e, para não deixar a espécie se extinguir e contribuir com o reflorestamento local, começamos a juntar as poucas sementes que encontrávamos, de forma que conseguimos montar, ao longo dos anos, um grande banco de sementes que não permite mais a extinção da planta”, conta Padre Cazusa. Essa prática de manutenção da vegetação e reflorestamento faz parte das estratégias de combate à desertificação, com a redução do número de áreas secas e degradadas.

## **PECUÁRIA**

O gestor de Poção também relatou outra atividade que já está sob alerta no município. “Muitos produtores de áreas do semiárido acham que, para criar gado, é necessário retirar toda a caatinga e plantar pasto, mas se esquecem que o pasto não sobrevive sem água devido às suas características regionais, e a caatinga sobrevive sim, por ser uma vegetação típica daquela área”, disse. Segundo ele, muitos produtores aprendem na prática que é melhor deixar a caatinga para criação de gado, o que gera uma maior produção, sem perda do número do rebanho bovino. “Nada melhor como a experiência e o relato de casos de sucesso para os agricultores aprenderem o que é melhor”, acrescenta.

Além do prefeito do município pernambucano, inúmeros gestores da Região Nordeste do Brasil, inseridos em áreas de desertificação, procuraram orientação na sala de atendimento do Ministério do Meio Ambiente. O diretor do Departamento de Combate à Desertificação, Francisco Campello, explicou algumas ações desenvolvidas pelo MMA em parceria com órgãos como Instituto Nacional do Semiárido (Insa) e Rede de Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que buscam auxiliar essas comunidades à conviver melhor com a seca.

“Estamos elaborando o Plano Nacional de Convivência com o Semiárido, com o objetivo de promover ações de segurança energética, hídrica e alimentar nas regiões que sofrem com a desertificação”, explica Campello. Projetos com o Fundo Clima, além de parcerias com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), já vêm sendo implantados com recursos da ordem de mais de R\$ 20 milhões como iniciativas para a execução do plano.

Ele finaliza explicando que, no Brasil, o processo de desertificação é consequência do uso inadequado dos recursos florestais da Caatinga e Cerrado. Práticas agropecuárias sem manejo correto dos solos, uso inadequado dos sistemas de irrigação com a consequente salinização, superpastejo animal na pecuária extensiva comprometendo a regeneração de espécies e as ações de desmatamento provocam processos erosivos e esgotamento dos solos.

---

## **Projeto CAR-FIP no Cerrado – Site do MMA. 29/01/2013**

*Agricultores familiares são chamados para apresentar propostas de regularização ambiental*

O Ministério do Meio Ambiente promove, nesta quarta-feira (30/01), a terceira oficina do Projeto CAR-FIP, ação internacional de apoio à gestão sustentável de florestas que está investindo US\$ 32 milhões em financiamento de projetos de regularização ambiental nos estados do bioma Cerrado por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A abertura do encontro será às 9h, na sede da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Brasília, e é voltada para representantes da agricultura familiar interessados em apresentar propostas para elaboração de projetos de regularização ambiental.

O Projeto CAR-FIP foi criado no âmbito dos Fundos de Investimento Climático (CIF), ação internacional que visa catalisar políticas, medidas e mobilizar fundos para facilitar a redução do desmatamento e da degradação florestal. Nesse caso, o Brasil foi selecionado como país piloto para o recebimento de investimento e definiu o Bioma Cerrado, segundo maior bioma do País e da América do Sul, para aplicação desses recursos. O Projeto CAR-FIP será financiado por meio de empréstimo de US\$ 32,5 milhões, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O projeto prevê ações relacionadas à implantação de campanhas de divulgação e mobilização dos agricultores e a coordenação de infraestrutura de apoio aos estados e municípios que farão o CAR. O objetivo é contribuir e fortalecer a implantação do cadastro nos estados inseridos no bioma Cerrado e Pantanal: Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins, Maranhão e Piauí, além do Distrito Federal.

### **AGENDA**

Essa é a terceira de uma série de quatro oficinas voltadas à elaboração de Projetos CAR-FIP. O primeiro encontro foi em Palmas (TO), e envolveu representantes dos estados de Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O segundo foi em Brasília e reuniu representantes do setor do agronegócio. A oficina desta quarta-feira (30/01) reunirá representantes do setor da agricultura familiar, e de populações tradicionais, organizações do terceiro setor e instituições acadêmicas. E o último debate será na quinta-feira (31/01) e reunirá representantes de órgãos governamentais de meio ambiente, agricultura, assistência técnica rural, entre outros, dos estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Piauí, Bahia e Distrito Federal.

O Projeto CAR-FIP foi criado no âmbito dos Fundos de Investimento Climático (CIF), ação internacional que visa catalisar políticas, medidas e mobilizar fundos para facilitar a redução do desmatamento e da degradação florestal. Nesse caso, o Brasil foi selecionado como país piloto para o recebimento de investimento e definiu o Bioma Cerrado, segundo maior bioma do País e da América do Sul, para aplicação desses recursos. O Projeto CAR-FIP será financiado por meio de empréstimo de US\$ 32,5 milhões, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

---

## **A força dos consórcios – Site do MMA. 29/01/2013**

*Experiências bem sucedidas são relatadas no encontro de prefeitos*

Existem no Brasil, hoje, mais de 70 consórcios públicos formados por municípios, que agregam, também, organizações não governamentais, entidades da sociedade civil e até empresas privadas, conforme a necessidade e a finalidade da associação. Ex-prefeitos de três localidades diferentes do Brasil apresentaram, na tarde desta terça-feira (29/01), durante o II Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, experiências bem sucedidas de experiências do gênero, que atuam no desenvolvimento urbano e ambiental.

Ary Vanazzi, ex-prefeito da cidade gaúcha de São Leopoldo, preside o Consórcio Público de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (Pró-Sinos), composto por 27 dos 32 municípios da região, e que deu origem à usina de reciclagem de resíduos da construção civil. Por meio do consórcio, esses municípios conseguiram elaborar planos de gestão comuns para a execução de políticas públicas, como o plano de resíduos sólidos e a recuperação dos lixões que contaminam a bacia do Rio dos Sinos e o lençol freático. Segundo Vanazzi, até 2015 há possibilidade de 40% dos municípios consorciados com esgotos tratados.

### **RESPONSABILIDADES**

Os resíduos de construção civil reciclados na área de abrangência do Consórcio Pró-Sinos já permitiram a construção de moradias, livrando a natureza de um de seus maiores predadores, comemora Vanazzi. O ex-prefeito de Ortolândia (SP), e ex-presidente do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ), Ângelo Perugini, falou sobre o sucesso alcançado na gestão eficiente da água, a partir da responsabilidade compartilhada entre setor público, iniciativa privada e organizações civis. Perugini defendeu a união entre os municípios em torno de um tema comum. “Não somos seres individuais, da mesma forma que não somos entes federados individualizados”, acrescentou.

O Consórcio PCJ surgiu há 23 anos, reúne 43 municípios, 27 grande empresas, como Petrobras e Rodhia, e beneficia cerca de 5 milhões de pessoas na região que engloba a cidade de Campinas. Ele alertou para a carência de água na região, considerada uma das mais precárias do país, com um consumo per capita ano, por habitante, inferior ao oferecido no Oriente Médio. “Nosso desafio é a organização e a busca por uma saída articulada”, explicou. Ângelo Perugini destacou a cobrança pelo uso da água e a formação do banco de projetos como grandes alavancadores de recursos para a preservação e recuperação dos mananciais nas bacias.

### **APROVEITAMENTO**

Em nome do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), formado pelos 15 municípios do Rio de Janeiro, o ex-prefeito de Tanguá Carlos Pereira contou que foram realizadas centenas de reuniões entre governos locais, empresas privadas, organizações não governamentais, universidades e comunidade. Surgiram, daí, 15 planos de desenvolvimento sustentável que derivaram em programas geradores de empregos e rendas para os moradores da região; formaram-se condomínios

de recicláveis, que gerou uma fábrica de móveis, usados em praças, jardins e parques públicos, uma forma de melhor aproveitar os resíduos que poluíam o meio ambiente e iam para os lixões”.

Pereira disse que, por meio do Conleste, os municípios associados formaram, ainda, cooperativa de reciclagem de óleo de cozinha, transformando-o em biodiesel; promoveu-se a capacitação da mão de obra local, priorizada pelas empresas que se instalam na região, além do desenvolvimento de projetos voltados à construção de habitações e ao saneamento básico. “Descobrimos que as oportunidades para um desenvolvimento sustentável depende de estarmos mobilizados, unidos”, relatou.

## **PLANO EFICIENTE**

A gestão de resíduos sólidos no município de Guarulhos (SP) foi apresentada pelo prefeito Sebastião Alves de Almeida. Durante o período de abril de 2010 a agosto de 2011, representantes de diversos setores da sociedade, empresários e governo discutiram em conjunto o Plano de Resíduos Sólidos do município. Após uma série de oito oficinas participativas foi elaborado o plano, com grande mobilização social. “Durante todo esse período de discussão da proposta que se tornou o guia do nosso município quanto à gestão de resíduos sólidos, conseguimos elaborar um modelo eficaz e eficiente”, destacou o gestor de Guarulhos. Segundo ele, a implantação de uma ampla rede de ponto de entrega voluntária, onde a população pode descarregar os resíduos e todo material inutilizado, foi um dos pontos positivos e de sucesso do plano. “Hoje já contamos com 17 pontos de entrega e a nossa meta é aumentar esse número para 30 nos próximos sete anos”, salientou.

O prefeito também conta como o município reutiliza e recicla esse material recolhido nos pontos de entrega. “Nas três usinas de reciclagem que temos, quase tudo pode ser reaproveitado disse. “E é dessas usinas que sai grande parte da matéria-prima utilizada em obras da cidade, que já teve um bairro inteiro com calçada construída a partir de material reciclado”. Para o futuro, as metas são ampliar a rede de coleta seletiva para toda a cidade (hoje funciona apenas em escolas, secretarias e nove bairros), enviar para o aterro sanitário somente o que não é reciclável ou tratável e aumentar a fiscalização em todo o município para que não seja despejado lixo em lugares impróprios.

Consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a realização de objetivos de interesse comum, em qualquer área. Os consórcios podem discutir formas de promover o desenvolvimento regional, gerir o tratamento de lixo, água e esgoto da região ou construir novos hospitais, casa e escolas. Têm origem nas associações dos municípios e, hoje, centenas de consórcios já funcionam no país.

---

## **Seminário realizado pela CNA na FAEA capacita técnicos para elaborarem projetos do Programa ABC – Site da CNA. 30/01/2013**

Profissionais do setor agropecuário (engenheiros agrônomos, veterinários, engenheiros de pesca, engenheiros florestais e técnicos agrícolas, e presidentes de Sindicatos Rurais dos municípios do Amazonas participaram nesta terça-feira (29) de um seminário promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas - FAEA, para elaboração de projetos técnicos

do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), esclarecendo pontos específicos para garantir ao produtor rural acesso ao crédito.

O Programa ABC, possui linhas de créditos disponíveis para os produtores que querem praticar uma produção sustentável. Para safra 2012-2013, o Governo Federal disponibilizou R\$ 3,4 bilhões.

As linhas de crédito do Programa ABC têm a finalidade de financiar entre elas a recuperação de áreas e pastagens degradadas; A implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária e a implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária; lavoura – floresta; pecuária – floresta ou lavoura-pecuária-floresta.

“Este ano a FAEA é a quarta Federação a receber este treinamento. Hoje vamos esclarecer as dúvidas quanto ao projeto, de acordo com as exigências do Ministério da Agricultura e do Banco do Brasil referente a elaboração que visa as linhas de financiamento do ABC. A atuação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil- CNA, juntamente com a Embaixada Britânica , conseguiram ampliar o acesso dos produtores aos recursos do banco”, disse a assessora técnica da CNA, Jéssica Figueiredo.

No Banco do Brasil, o limite de valor para o financiamento é de até R\$ 1 milhão por ano-safra por beneficiário, com juros de 5,5 % ao ano. De acordo com o superintendente regional do Banco do Brasil, Marcelo Palhano, já foram R\$1,2 bilhão financiados para o Programa em todo Brasil. “Os nossos gerentes do Banco estão preparados para atender os produtores rurais do Amazonas”.

Visando impulsionar o Programa ABC no Amazonas um comitê gestor está sendo formado, no qual será elaborado um Plano Estadual do Programa ABC. O fiscal federal do Ministério da Agricultura, Klerysson Santana, explicou que entre as estratégias do plano está a elaboração de seminários, fiscalização do ABC e sensibilização.

O presidente da FAEA, Muni Lourenço, afirmou que essa capacitação dos técnicos e presidente dos Sindicatos Rurais vai fazer com que o produtor rural conheça o Programa, as tecnologias sustentáveis, as linhas de crédito e o projeto. “O Programa ABC tem a meta de aumentar a produção diminuindo os impactos ambientais. No Amazonas para que o Projeto se torne realidade é necessário envolver também os órgãos de regularização fundiária e estamos confiantes de que esse Programa materializa a possibilidade da conciliação da produção agropecuária e a sustentabilidade ambiental”.

---

### **Política ambiental ganha espaço – Site do MMA. 30/01/2013**

#### *Ações do governo federal revelam novo tipo de preocupação*

A incorporação da agenda ambiental em diversas ações e políticas públicas do governo federal foi destacada pelo gerente de Políticas Agroambientais da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Moisés Savian, após a apresentação do Painel sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, na manhã desta quarta-feira (30/01). A atividade faz parte da agenda do



Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Participaram do painel o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro, e o ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella.

“Após a apresentação desse painel sobre desenvolvimento rural sustentável, vemos que grande parte dos programas que vem sendo desenvolvidos nas áreas do agronegócio, aquicultura e desenvolvimento agrário estão incorporando a questão ambiental como parte das suas estratégias”, disse o gerente do MMA. Segundo ele, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), apresentado pelo ministro da Agricultura, mostra a crescente preocupação do agricultor e da sociedade com a preservação do meio ambiente, de forma que o programa dispõe linhas de crédito específicas de incentivo à redução do desmatamento e emissão de gases de efeito estufa.

## **PESCA**

A aquicultura como atividade complementar ao agronegócio sustentável foi destacado pelo ministro Marcelo Crivella. “A produção artesanal de peixes pode ser uma excelente oportunidade para o agronegócio sustentável, sem a necessidade de abertura de novas áreas para produção agrícola e conseqüente queda das regiões desmatadas”, salientou o ministro. Segundo ele, o Brasil tem uma das maiores disponibilidades de água doce do mundo e, se bem aproveitada, pode auxiliar nas ações de preservação ambiental e aumento de produtividade do peixe no país.

Articulações de projetos de assistência técnica às comunidades extrativistas, como o recente edital publicado pelo Inkra de apoio aos povos que vivem em Unidades de Conservação e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Floresta) também foram destacadas pelo gerente do Ministério do Meio Ambiente, Moisés Savian, como políticas públicas desenvolvidas pelo MDA em parceria com as ações ambientais. “A articulação dessas e outras políticas públicas de apoio ao desenvolvimento agrário, elaboradas em parceria com o fortalecimento ambiental, respondem aos anseios de inúmeros agricultores familiares e povos e comunidades que vivem em áreas rurais e de preservação”, observou.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

### **Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,  
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,  
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

### **Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Karina Kato,  
Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa